

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA CÂMPUS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS/GEOGRAFIA

JAIRO MIRANDA REIS

POLÍTICA E RELIGIÃO EM *O PRÍNCIPE* DE MAQUIAVEL

GRAJAÚ-MA

2022

JAIRO MIRANDA REIS

POLÍTICA E RELIGIÃO EM *O PRÍNCIPE* DE MAQUIAVEL

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Geografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Câmpus de Grajaú, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas/Geografia.
Orientador. Prof. Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues

GRAJAÚ-MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Miranda Reis, Jairo.

Política e Religião em "O Príncipe de Maquiavel" : Sem Subtítulo / Jairo Miranda Reis, Não houve Não teve, Não existe Não foi possível. - 2022.

61 p.

Coorientador(a): Não há Não tem.

Orientador(a): Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú - MA, 2022.

1. Liberdade. 2. Maquiavel. 3. Política. 4. Religião. 5. Virtú. I. de Moraes Rodrigues, Dr. Ubiratane. II. Não foi possível, Não existe. III. Não tem, Não há. IV. Não teve, Não houve. V. Título.

JAIRO MIRANDA REIS

POLÍTICA E RELIGIÃO EM *O PRÍNCIPE* DE MAQUIAVEL

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Geografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Câmpus de Grajaú, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas/Geografia.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues (Orientador)

Prof. Dr. Joao Caetano Linhares (Avaliador externo UFMA/Bacabal)

Prof. Dr. Delmo Mattos da Silva (Avaliador interno UFMA/Grajaú)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais pelo apoio e suporte e a todos os meus familiares. Para minha esposa que muito tem me incentivado e lutou bastante, correndo atras da minha inscrição para que eu ingressasse na faculdade. Para os meus/minhas amigos/as e colegas de curso. A todos/as aqueles/aquelas que de alguma forma contribuíram para a finalização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar a Deus, em quem tenho depositado minha fé, e que tem me dado força e coragem para continuar nessa caminhada acadêmica, iluminando a minha mente no momento das escolhas.

Com muito prazer agradeço aos meus pais, José Carlos Martins Dos Reis e Ana Maria Ferreira Miranda Reis que tanto tem me ajudado, pois também é um sonho deles. A minha esposa pelo seu apoio e incentivo, quando eu fingia que tinha esquecido do dia da prova ela lembrava, acredito que se não fosse por ela não estaria dando estes agradecimentos. Também a minha irmã que me ajudou emprestando várias vezes o seu notebook. Agradeço minha tia Antônia Miranda que me dizia que nunca é tarde para estudar quando eu falava que tinha perdido muito tempo.

Em específico, ao meu orientador Prof. Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues que de forma bem atenciosa não mediu esforços para estar nesse processo de orientação, compartilhando do seu conhecimento. Pela paciência, disposição e dedicação para a orientação e realização deste trabalho, que de forma incansável não tem medido esforço para me orientar, e pela sua preocupação de sempre lembrar para participar dos eventos e apresentar trabalhos, sou eternamente grato pelos seus ensinamentos que vou carregar por toda a vida.

Agradeço, também, a todos/as os professores/as que compõem o quadro de docentes da UFMA, apesar de um período de pandemia sempre estavam preocupados em atender cada aluno e procurar uma boa didática para sua aula, no final de tudo temos uma satisfatória história para contar.

E, por fim, agradeço a todos os meus amigos que sorriram comigo nos momentos oportunos e todos os que me ajudaram quando eu pedi uma ajuda ou um texto para estudar sou muito grato por tudo e por todos de coração.

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo apresentar a relação entre *Política e Religião em O príncipe de Maquiavel*. Para tanto, esse trabalho parte do conceito de *virtús* dos humanistas florentinos que visam a liberdade civil e a *virtú* de Maquiavel aconselhando ao príncipe que deseja conquistar e se manter no poder. A partir da pesquisa e revisão bibliográfica apresentamos que um príncipe virtuoso é aquele que usa a religião como recurso para governar com a força do leão e a astúcia da raposa. Dividimos a exposição dessa monografia em três capítulos: começando com os humanistas e suas reflexões sobre o principado. No segundo momento analisamos a questão da liberdade e o uso da *virtú* na vida do governante, na política e religião como meio para governar o povo. Por fim, nos concentramos na ideia da religião como um meio para melhor controlar o povo. Percebemos que isso ocorreu quando os governantes não tinham o total domínio da sociedade, apropriando-se da religião para pôr temor e controlar o povo.

Palavras-chave: Religião. Política. *Virtú*. Liberdade. Maquiavel.

RÉSUMÉ

Cette monographie vise à présenter la relation entre Politique et Religion dans *Le Prince* de Machiavel. Ainsi, ce travail part du concept de *virtus* des humanistes florentins qui visent la liberté civile et de la *virtu* de Machiavel conseillée au prince qui veut conquérir et se maintenir au pouvoir. À partir de la recherche et de la revue de la littérature, nous présentons qu'un prince vertueux est celui qui utilise la religion comme ressource pour gouverner avec la force du lion et la ruse du renard. Nous avons divisé l'exposé de cette monographie en trois chapitres. À commencer par les humanistes et leurs réflexions sur la principauté. Dans un deuxième temps, nous analysons la question de la liberté et l'utilisation de la vertu dans la vie du dirigeant, dans la politique et la religion comme moyen de gouverner le peuple. Enfin, nous nous concentrons sur l'idée de la religion comme moyen de mieux contrôler le peuple. Nous réalisons que cela s'est produit lorsque les dirigeants n'avaient pas le contrôle total de la société, s'appropriant de la religion pour instiller la peur et contrôler le peuple.

Mots clés: Religion. Politique. Vertu. Liberté. Machiavel.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 O IDEAL HUMANISTA DO PRINCIPADO	14
2.1. Recuperação dos valores clássicos	16
2.2 Maquiavel crítico dos humanistas	18
2.3 Sobrevivência dos valores republicanos	22
2.4 A contribuição do humanismo: A Liberdade	24
2.5 O problema da liberdade	27
2.6. A <i>virtú</i> individual e a liberdade	28
3. MAQUIAVEL E A LIBERDADE	29
3.1 Natureza humana em Maquiavel	31
3.2 Moral e política em Maquiavel	33
4. POLÍTICA E RELIGIÃO EM <i>O PRINCÍPE</i>	37
4.1 A necessidade de um novo estado	38
4.2 As características de um bom governante segundo Maquiavel	42
4.2.1 Virtú	42
4.2.2 Fortuna	46
4.3 Religião: o meio usado como instrumento para governar o povo	48
5 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Para entendermos melhor nosso tema e contextualizar o pensamento de Maquiavel, faremos uma breve introdução à história da Itália em seu tempo. O período foi marcado pelo “fim” do feudalismo cuja produção econômica era totalmente agrária. Segundo Aranha, em seu livro *Maquiavel a lógica da força* (1993), enquanto os donos das terras produziam alimentos, o papado dominava a vida religiosa e os reis, de modo que o poder da Igreja ganhava cada vez mais força.

Há uma série de fatores que marcam o começo da decadência do feudalismo a partir da queda de Constantinopla em 1453, por exemplo, em 1494 a Itália é saqueada por Carlos VIII e Roma é invadida e saqueada por Carlos V em 1527. As navegações mercantis também é um indício de um novo tempo na Europa, seja através da arte ou da intelectualidade. No campo político, muitos estados estavam se unificando, mas, a Itália ainda se encontrava sob o controle de Estados Papais e fragmentada.

Paul Larivaille em seu livro *A Itália no tempo de Maquiavel* denuncia a Igreja como a principal responsável pela não unificação da Itália, isso a deixou totalmente frágil para quem a quisesse invadir. Toda essa história da fragilidade italiana como também a falta de literaturas capaz de conduzir um governante ao poder e permanecer é um ponto crucial para Maquiavel se posicionar como um conselheiro de Lorenzo de Médici para tornar a Itália forte partindo da sua unificação.

Florença, cidade de Maquiavel, torna-se a partir do século XIV um centro de escritores humanistas em busca pela liberdade. Skinner (1996) apresenta alguns acontecimentos para esse evento. Matteo Palmieri um escritor florentino citado por Skinner, em seu diálogo sobre *A vida cívica* em 1430, expressa sua admiração por Florença por estar em um nível bem avançado no mundo por sua arte e filosofia. Hans Baron (1900-1988) que muito contribuiu sobre o *humanismo cívico* também citado por Skinner, entende que esse crescimento filosófico humanista se deu por uma série de ataques à Florença desde 1390 com a declaração de guerra a Florença por Giangaleazzo Visconti, duque de Milão, que terminou em 1454 com a chegada de Cosme de Médici. Porém, essa afirmativa de Baron é rebatida por Skinner, que nos diz que todos os humanistas que se posicionaram pregando a liberdade de Florença tinham os mesmos traços comportamentais e as mesmas formações dos *dictatores* medievais, logo, esses escritores humanistas florentinos não estavam dispostos a fazer o bem pelo povo.

Um dos traços identificados por Skinner dos humanistas italianos foi a descoberta por eles dos escritos de Cícero, e o começo da hostilidade desses aos florentinos para estudarem essas descobertas ao invés da escolástica. Eles temiam o crescimento da tradição escolástica, mas, isso não foi problema para que ambas crescessem juntas. A maneira que os humanistas se comportavam em relação a escolástica denunciava os seus traços medievais quando eles alegavam seus estudos como preferência, o autor vai chamar de “imperialismo cultural”.

Para tentar solucionar esse problema, desde a retomada de Florença pelos Medici em 1512 e com isso a perda de seus cargos, Maquiavel se dedica a desenvolver assuntos relevantes a política que mais tarde teria um impacto no Renascimento. Mesmo estado afastado de seus cargos, Maquiavel não interrompeu suas reflexões sobre a política que visava um novo estado para Itália. Vatter corrobora que “Nicolau Maquiavel é uma das melhores plantas que brotaram no solo extraordinariamente fértil da Florença do renascimento” (VATTER, 2017, p.11). O Renascimento, foi um tempo em que as pessoas se sentiam valorizadas por si mesmas, tempo considerado como um salto para o prazer do homem de uma época aprisionada por dogmas religiosos.

Nesse contexto que surge nosso filósofo. Maquiavel nasce em 1469 em Florença, isso no ano da morte de Pietro de Medici rei de Florença, que foi substituído por seu filho Lorenzo, o Magnífico. Desde cedo, Maquiavel se dedica aos estudos e com isso se torna um grande conhecedor da história que contribuiu muito para a sua carreira política.

Em 1494 o Rei Carlos VIII da França invade a Itália e toma Florença de Piero de Medici filho de Lorenzo de Medici e neto de Lorenzo, o Magnífico. Em 1498 Maquiavel é eleito chanceler da secretaria de Florença para tratar dos negócios de sua cidade Republicana, ele se torna responsável por todos os assuntos políticos entre Florença e outros estados o que é o bastante para ele adquirir um vasto conhecimento político e administrativo dos outros reinos.

Nessas lutas e viagens em que Maquiavel fazia para outros estados prestando serviço para Florença, ele presenciou a forma administrativa destes estados com estados pontifícios e percebe que a Igreja tem uma grande influência e como seus exércitos são poderosos no meio político.

Após a disputa em 1512 entre a França e o papa o norte da Itália fica sujeita ao papa e na região norte está Florença, ou seja, França e o pontifício vence a força militar que Maquiavel tinha organizado. Nesse mesmo ano a República é desfeita e os Medici voltam à cidade com o auxílio do papa, conseqüentemente todos os cargos de Maquiavel são

tomados. Maquiavel foi preso por acusação de conspirar contra os Médici, todavia, foi inocentado e libertado.

Segundo Vatter, Maquiavel desempenhou um trabalho de muita comunicação entre os reinos afim de garantir segurança para Florença. Como bem fala Vatter (2017, p. 19):

O trabalho de Maquiavel consistia em ajudar a estabelecer um caminho diplomático que sufocasse essas rebeliões e, acima de tudo, recuperar o controle de Pisa, que se tornou uma verdadeira obsessão de política externa florentina durante esse período republicano.

Isso serviu de base intelectual para Maquiavel, além do seu conhecimento de guerras de cada governo, isto é, “as raízes de seu poder e também suas fraquezas ocultas” (VATTER, 2017, p 19). Esses fatos se espelham na escrita Maquiavel em *O príncipe*

Os anos em que Maquiavel esteve à serviço de Florença, acompanhou bem de perto todos os sistemas políticos entre reis e papas. Em 1513 Lorenzo II assume o lugar de Geovanni Medici e este o lugar do papa Julio II. Ao príncipe, Lorenzo de Medici II, Maquiavel dedica a obra *O príncipe* que conta todos os detalhes sobre os reinos, como são e como são formados, obra essa, riquíssima em detalhes que ele mesmo observou durante sua trajetória política.

O tempo em que Maquiavel passou exilado, fez o florentino pensar em algo novo para ser lido, sendo que essa leitura poderia de vez contribuir para o líder em sua carreira política. É discutido que “os príncipes costumam ser ocupados e não são considerados por dedicar muito do seu tempo precioso a lacaios e seus presentes insignificantes” (VATTER, 2017, p. 57). Porém, Maquiavel tinha convicção de que seu presente era o ponto final para o príncipe aprender como conquistar e se manter no poder.

Se fizessemos uma avaliação de todos os livros que revolucionou a História, *O príncipe* de Maquiavel estaria entre os primeiros. O fato curioso é saber que nem todos os leitores foram a favor das instruções dadas pelo Florentino em *O príncipe*, mais isso, não impede de ele se tornar um dos principais livros da história. Segundo Aranha (1993, p. 9), na introdução do seu livro *Maquiavel, a lógica da força*, só no teatro elisabetano (século XVI) foram contadas 395 referências a Maquiavel”. Ainda segundo ela, “constatou-se recentemente que apenas a referência bibliográfica das obras de interpretação do pensamento de Maquiavel daria para encher um livro de volume considerável” (ARANHA, 1993, p. 9). É claro que nem todos foram a favor do intelectual florentino, mas isso não tira o valor da obra de *O príncipe*.

Muitos leitores tendem a identificar que *O príncipe* foi uma afronta contra os princípios da sociedade. Mesmo com tantas críticas feitas a Maquiavel, muitos lutam para levar à frente que Maquiavel foi um patriota e queria ver um estado independente e unificado. De todo modo, isso só faz de Maquiavel um pioneiro que lutava pela liberdade.

O príncipe chegou a ser colocado no *Index* em 1559 e em 1564 foi proibido pelo concílio de Trento. Como era de se esperar, a Igreja proibiu o livro. Isso fez de *O príncipe* um grande vilão para o papa e para a Igreja, logo, os leitores com uma visão deturpada transformaram Maquiavel em um homem do mal. Conforme as palavras de Aranha (1993, p, 9) observa que: “Em resumo, o maquiavelismo, acima de qualquer conteúdo explícito, tonou-se a representação mais acabada do Mal”. Não obstante, é muito lido e continua sendo admirado por muitos.

Um exemplo de quem pensa em Maquiavel como alguém do mal, é Frederico II, que viveu entre 1712 – 1786 e, portanto, rei da Prússia, quando defende a ideia de que o florentino é do mal. Ora, Maquiavel justifica no capítulo V do seu livro *O príncipe* que, quando o governante conquista uma cidade que é “governada por suas próprias leis” a melhor maneira para não a perder é destruindo. Esse parecer de Maquiavel não foi visto com bons olhos por Frederico II, por isso, ao escrever o livro *O Anti-Maquiavel*, diz que Maquiavel “adota um deus da política e do crime” (FREDERICO II, 2014, p. 22). Frederico alega que todos os estados ao conquistar um novo reino são a favor da organização da multiplicação e não de devastar a cidade após sua conquista. Assim escreve Frederico II:

A força, portanto, de um estado não consiste na extensão do país nem na posse de um vasto ermo ou de um imenso deserto, mas na riqueza e no número dos habitantes. O interesse de um príncipe, portanto, é povoar o país, e torna-lo próspero, e não devastá-lo e destruí-lo. (FREDERICO II, 2014, p. 23).

A ideia de Maquiavel em *O príncipe* para destruir a cidade é rigorosamente combatida pelo rei da Prússia, não levando em consideração o conhecimento empírico e realista do nosso florentino. Maquiavel foi um pensador que partiu daquilo que estava vendo entre os principados. Desde então, podemos perceber que a maneira de Maquiavel sugerir ao príncipe para que consiga a independência da Itália lhe trouxe muitos cognomes desagradáveis.

A análise empírica de Maquiavel em toda sua trajetória, o levou a pensar em uma forma urgente que o estado deveria tomar para conquistar e se manter no poder, quer dizer, estamos falando de um estado moderno que luta por si e para si. Todavia, seus

princípios foram erroneamente interpretados por muitos leitores. Uma Itália que estava para ser invadida por outros reinos e que não tinha um orientador para lhe propor estratégias, mas que agora aparece um verdadeiro patriota com uma base de conhecimento observado e vivido levou muitos a desacreditarem no florentino que agora sofre acusações de maus entendimentos de uma má leitura.

Dito isso, este trabalho tem por objetivo apresentar a relação entre política e religião n' *O príncipe* de Maquiavel no contexto de Itália fragmentada e Florença sendo ameaçada de invasão por outras cidades. Para isso, nossa monografia encontra-se dividida cinco partes. No primeiro momento é esta introdução. No segundo capítulo iremos nos concentrar no pensamento dos humanistas sobre a *virtú* e como eles a associavam com a fé religiosa e a liberdade, bem como, os valores clássicos resgatados pelos humanistas e o confronto desses pensadores com as ideias de Maquiavel. Seguiremos com o terceiro momento sobre o pensamento de Maquiavel no tocante o uso da *virtú* e da liberdade, e como o governante deve agir em uma sociedade cujo homem tende a ser mal. No quarto capítulo abordaremos sobre política e religião em Maquiavel. Como ele via essas duas instituições e como o governante deveria fazer para governar o estado através da religião demonstrando as qualidades de um príncipe virtuoso sem o auxílio da Igreja e do papa, bem como, a busca de unificação da Itália. Por fim, na quinta parte que é nossa conclusão, nos concentraremos na ideia de que o governante quando usa a religião ao seu favor demonstra a sua *virtú* e logo a sua capacidade para controlar o estado.

2 O IDEAL HUMANISTA DO PRINCIPADO

Para Skinner, os escritos que foram produzidos entre os humanistas do século XV para aconselhar o governante sobre o modo de governar não eram novidade. Segundo Skinner (1996, p. 139), o príncipe era admirado pelos humanistas do século XV por ser ele a pessoa capaz de “atingir uma *virtus*¹ quase insuperável”. Pois, o príncipe era aquele que merecia ouvir sábios conselhos do cortesão para que pudesse alcançar “honra” e “glória”. Podemos, com Maquiavel em *O príncipe*, perceber essa ideia na seguinte passagem: “nada torna um príncipe tão estimado quanto realizar grandes empreendimentos e dar de si raros exemplos” (MAQUIAVEL, 1996, p. 105). O florentino traz à tona a história de Fernando de Aragão por seus feitos que mereciam ser observados para que o príncipe pudesse alcançar muitos prodígios, a partir da análise dos feitos de alguém admirável. Maquiavel insiste que o rei de Aragão é um modelo para ser seguido quando diz: “temos em nossos dias Fernando de Aragão, que se pode chamar quase um príncipe novo, porque, começando como um rei fraco, adquiriu fama e glória de o primeiro rei dos cristãos” (MAQUIAVEL, 1994, p. 105). Isto é, o bom governante sempre tem alguém que tenha bons exemplos para que possa ter um principado bem governado.

No penúltimo capítulo de *O príncipe*, Maquiavel dedica alguns comentários com relação à *fortuna* e à *virtú*. O florentino julga ser “[...] possível ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que também deixe ao nosso governo a outra metade [...]” (MAQUIAVEL, 1996, p. 119). Ele consente que a fortuna possa eleger alguém ao principado, como foi o caso de César Bórgia, que teve seu governo dado completamente pela *fortuna*, porém, segundo Skinner, aquilo que Maquiavel mais ressalta, “[...] é o caráter instável da deusa, de que resulta ser louco todo aquele que confiar, por alguma duração de tempo, em seus favores” (SKINNER, 1996, p. 141). Isto é, um líder que confia naquilo que a fortuna determina, não é de todo estável para governar.

Outro parecer importante sobre a continuidade entre o pensamento dos “espelhos de príncipes” e seus sucessores, segundo Skinner, é a concordância de que “[...] a máxima responsabilidade pela ruína dos mais bem elaborados de nossos planos deve atribuir-se ao poder caprichoso, e eventualmente avassalador, da Fortuna” (SKINNER, 1996, p.140).

¹ SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

Com base nessas expressões, muitos escritores acreditavam que a fortuna tinha o poder de honrar ou jogar na miséria, sem que ninguém pudesse fazer absolutamente nada para mudar o rumo do caos. Ora, se o príncipe tiver a sorte de ser levado ao poder pela decisão da fortuna seria agradável, porém, Skinner nos lembra que Maquiavel ignora essa percepção.

Ao argumentar sobre Francesco Patrizi (1529-1597), um filósofo humanista italiano, Skinner entende que tanto os autores dos espelhos como seus sucessores humanistas, admitem que um príncipe possa obter sucesso, desde que controle a *fortuna*, daí se considerar “[...] o conceito de *virtus* o mais representativo da qualidade-chave que o príncipe mais necessita cultivar [...]” (SKINNER, 1996, p. 141-142). Pode-se dizer que a *virtus* é de fato a principal coisa que o governante deve ter para que possa galgar os mais altos níveis de glória. Maquiavel, no capítulo XXV de *O príncipe*, percebe que a deusa *fortuna* não é obstáculo para um príncipe afortunado. Assim como o homem tem o controle de mudar o percurso do rio nas enchentes, assim é o príncipe com *virtú*, capaz de controlar o poder da *fortuna*.

O mesmo acontece com a fortuna, que demonstra a sua força e não encontra uma *virtú* ordenada, pronta para lhe resistir e volta o seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques ou barreiras para contê-la [...] com isso, julgo ter dito o suficiente sobre como opor-se à fortuna de um modo geral. (MAQUIAVEL, 1996, p. 120).

Skinner nos demonstra como os “espelhos aos príncipes”, os humanistas e Maquiavel estão em harmonia naquilo em que o príncipe pode ter como inerente a ele. Destacamos aqui o conceito de *virtú*, que no capítulo “*por que razões os príncipes da Itália perderam seus Estados* de” *O príncipe* Maquiavel nos apresenta uma recomendação importante para o príncipe, dizendo que: “Certamente, as defesas só são boas, seguras e duráveis quando dependem de ti mesmo e da tua *virtú*” (MAQUIAVEL, 1996, p. 118).

Sabemos que Maquiavel foi um pensador que queria uma mudança para a Itália, para tanto, o florentino escreve em seu livro *O príncipe* que seu objetivo era trazer novidades. Warmling em seu artigo *O Humanismo entre Maquiavel e Merleau-Ponty*, entende que o duplo dever dos governantes é “[...] cuidar da prosperidade e garantir estabilidade/segurança aos súditos”. (WARMLING, 2018, p. 256).

Segundo Skinner, os autores de espelho aos príncipes, assim como os humanistas percebem que a *virtus* é “[...] a qualidade que capacita alguém a enfrentar a força da *fortuna* e a atingir honra, glória e fama” (SKINNER, 1996, p. 146). Entretanto, ele escreve

que os interesses dos escritores dos espelhos tinham um maior foco pela *virtus* do governante do que pelo cidadão comum. Nesse sentido, o autor analisa o porquê desses dois conceitos.

No primeiro momento, Skinner aponta que essa ideia dos *specula principum* é uma adaptação aristotélica, considerando que as admirações das qualidades de um príncipe não podem ser comparadas a de um cidadão comum. Isso é bem lembrado por Maquiavel, quando fala que “o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir [...]” (MAQUIAVEL, 1996, p. 43). É nesse sentido que Skinner pressupõe que a *virtú* do governante deve estar em consonância com o mesmo. Isso permite que o seu governo seja bem equilibrado e dessa forma controla qualquer situação de perigo eminente. Por outro lado, a participação “do povo passa a residir em sua característica tendência a uma benigna passividade” (SKINNER, 1996, p. 146).

O segundo momento de análise de Skinner sobre o ponto de vista defendido pelos *specula principum* com relação à *virtú* do governante, está voltado para sua moral e sua fé. Pois eles argumentam que se o príncipe não tiver uma plena ligação de sua moral e fé não pode ser um bom governante, assim o autor diz que: “Antes de mais nada, proclama-se que ninguém pode alegar uma genuína *virtus* se não exhibir todas as principais virtudes cristãs” (SKINNER, 1996, p. 147). Ora, essa questão é bem discutida em *O príncipe*, e Maquiavel não orienta isso ao governante que queira governar bem. Skinner diz que “Maquiavel deixa bastante claro que não assume essa perspectiva [...]” (SKINNER, 1996, p. 147). Não que Maquiavel discorde da religiosidade do príncipe, mas há uma necessidade de separação entre a *virtú* do governante e as virtudes cristãs.

2.1. Recuperação dos valores clássicos

Para que os humanistas se alicerçassem, fizeram um apanhado de alguns teóricos clássicos, que por sua vez, os motivaram a pensar bem mais sobre o homem e sua importância como indivíduo. Entre eles, a descoberta dos manuscritos de Cícero, que foi considerado como um escritor de grande influência na Roma antiga. Não apenas Cícero, como também Tácito (55-117 d.C.), que foi um orador, escritor e político romano; Tucídides (460-395 a.C.), um historiador grego ateniense e Quitiliano (35-95 d.C.), um orador romano. Esses foram escritores nos quais os humanistas buscaram inspiração.

Ainda segundo Skinner, os humanistas descobriram através dos escritos clássicos uma certa familiaridade com seu presente, apesar de ser uma sociedade bem distante da outra, começaram a entender que a Grécia não diferenciava tanto de Roma. Para Skinner (1996, p. 107), “[...] o principal sintoma da nova perspectiva foi, obviamente, o desenvolvimento de um estilo clássico não anacrônico”. Isto é, Ghiberti (1378-1455) um escultor italiano renascentista que além de escultor foi pintor e renomado escritor no início do Renascimento; Donatello (1386-1466), também um escultor que nasceu em Florença na Itália; como também Mantegna (1431-1406), um pintor renascentista, foram influenciadores para resgatar e “imitar” técnicas clássicas em Florença. Portanto, os humanistas propuseram resgatar os valores filosóficos e retóricos que estavam enquadrados na perspectiva de Cícero. O principal objetivo desse resgate era fazer com que o homem usufruísse de sua capacidade intelectual, ou seja, da filosofia e da retórica como algo essencial ao homem, Skinner compreende que:

O papel indispensável que ela assim cumpre vem do fato de que, unindo a sabedoria à eloquência, permite que o conhecimento da verdade seja efetivamente transmitido e assim capacita as doutrinas mais salutares dos filósofos a exercer uma influência adequada sobre a conduta dos negócios públicos. (SKINNER, 1996, p. 109).

Para se tornar um homem virtuoso são necessários alguns fatores fundamentais, para entender esse conceito, Skinner (1996, p. 108) justifica que “Cícero chega mesmo a afirmar que é da palavra homem (*vir*) que deriva a palavra virtude (*virtus*)”. Contudo, o homem virtuoso (*o vir virtutis*) precisa de algo a mais para essa maturidade, será necessário aprender e se desenvolver através da educação. Pegando o conceito Ciceroniano sobre *virtus*, diz que “está ao alcance dos homens atingir o mais alto nível de excelência” (SKINNER, 1996, p. 109). Segundo Skinner, os humanistas tiveram uma nova visão sobre a *virtus* ciceroniana em relação ao mérito do homem, pois os princípios da Idade Média estavam fundamentados na fé cristã.

E por falar na fé cristã, vejamos como Santo Agostinho entendia o homem com sua impetuosidade diante das adversidades. Se o homem era capaz de atingir tal honra com a *virtú* ou não. Agostinho pontua que o homem por ser de “natureza fundamentalmente decaída” nunca poderia conseguir a *virtus*, pois ele percebia que:

A excelência humana completa, se baseava numa concepção presunçosa e equivocada acerca do que se pode querer atingir com os próprios esforços. Na sua opinião, se porventura um governante mortal conseguisse desempenhar virtuosamente o seu ofício, esse triunfo não

se poderia atribuir a seus poderes próprios, mas “apenas a graça de Deus (SKINNER, 1996, p. 112).

Mesmo que o homem alcance qualquer objetivo ele não deve atribuir a honra para si, senão para Deus, pois é Deus quem controla tudo e nada acontece se não for da sua permissão. Quando Skinner discute sobre o pensamento de Agostinho com relação a *virtus* ele crer que Agostinho não dava espaço para que o homem se tornasse virtuoso por seus próprios méritos, porque, ele considerava que esse nível só pertence a Deus. Assim sendo, essa interpretação de Agostinho não foi aceita pelos humanistas no Renascimento já que nesse tempo a honra era dada ao homem com suas habilidades.

2.2 Maquiavel crítico dos humanistas

Analisados os conceitos dos escritores dos “espelhos aos príncipes”, bem como, observando até que ponto seus escritos estão em conformidade com *O príncipe* de Maquiavel, passaremos agora a pontuar as principais críticas que o florentino fez aos humanistas sabendo que seus argumentos seriam bem discordantes de seus predecessores. Segundo o florentino:

Resta agora ver como deve comportar-se um príncipe para com seus súditos ou seus amigos. Como sei que muitos já escreveram sobre este assunto, temo que, escrevendo eu também, seja considerado presunçoso, sobretudo porque, ao discutir esta matéria, me afastarei das linhas traçadas pelos outros. (MAQUIAVEL, 1996, p. 73).

Qual seria a diferença que Maquiavel estava pretendendo? Primeiro é mostrar o que é o governo e como ele funciona, e ainda, demonstrar como deveria ser o modo de agir do príncipe. Esses são os principais pontos trabalhados por Maquiavel em *O príncipe*.

A primeira crítica que Maquiavel faz aos humanistas e a “tradição espelho” é que o príncipe não alcança a fama, a glória e a honra apenas com o “favor de uma educação gentil e civilizada. Os *specula principum* esquecem o quanto os governos dependem das forças coercitivas/militares para suprir suas necessidades de persuasão” (WARMLING, 1996, p. 257). A vida virtuosa do príncipe que era capaz de alcançar a honra, a glória e a fama não são bem recebidas pelo secretário florentino, ora, se o príncipe não for uma pessoa firme e destemida isso é inútil.

Segundo Skinner, os “escritores de espelhos aos príncipes” bem como dos humanistas concordam que a educação é de grande relevância para o governante, pois

“Tendo a correta educação um papel fundamental para modelar o caráter do *vir virtutis*, o bom conselho pedagógico está intrinsecamente articulado com o bom conselho político”. (SKINNER, 1996, p. 142-143).

Ressalta-se que apesar de Maquiavel introduzir com ênfase sobre um exército preparado com o uso das armas, não podemos ignorar que ele não foi o primeiro a orientar o príncipe para que esteja preparado. Skinner aponta que Bartolomeu Sacchi (1421-1481) um escritor humanista do Renascimento italiano já argumentava que o príncipe precisava “está preparado para combinar a diplomacia com a coerção” bem como, “ter um exército bem treinado e formado por seus cidadãos” (SKINNER, 1996, p. 151). Percebe-se que Maquiavel dá total apoio para que o governante possa se preparar com total precisão para o desempenho e fortalecimento do seu governo. Nosso filósofo vai mais além quando dedica uma vasta escritura nos capítulos de *O príncipe* dizendo que “Os principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são boas leis e boas armas” (MAQUIAVEL, 1996, p. 57). Ainda complementando que “onde são boas as armas costumam ser boas as leis” (MAQUIAVEL, 1996, p. 57). Agora quando se trata dos mercenários tanto Maquiavel quanto os humanistas não aconselham o príncipe se apoiar em exércitos mercenários, pois nestes, não deve ter nenhuma confiança.

Segundo Skinner, os escritores tradicionais dos “espelhos aos príncipes”, aceitam que eles consideravam a *virtú* de duas maneiras levando em consideração a moral e política: “primeira, que a *virtú* é a qualidade que capacita um príncipe a realizar seus mais nobres fins; segunda, que se pode identificar a posse da *virtú* com a posse do conjunto das principais *virtudes*” (SKINNER, 1996, p. 151-152). Alegando que o príncipe deve obter tanto a virtudes cristãs quanto as morais caso queira alcançar a honra, a glória e a fama. Maquiavel não discorda que o príncipe alcance o mais alto nível de sua carreira política, mas, ele discorda que o príncipe não pode deixar de agir virtuosamente por um conceito da moral religiosa.

A orientação do florentino para o príncipe é não se limitar nas adversidades ou quando surgir um imprevisto no seu governo, ademais, Maquiavel consente que ele não pode deixar de agir com autocontrole sobre a situação e, isso é discutido pelo secretário em *O príncipe*.

Logo, não podendo um príncipe usar da *virtú* da liberalidade sem prejuízo próprio e sem danos, de forma que seja divulgada, deverá, se for prudente, não se preocupar com a fama de miserável, porque com o

tempo será considerado cada vez mais liberal, ao verem que, graças à sua parcimônia, suas receitas lhe bastam. (MAQUIAVEL, 1996, p. 75-76).

A *virtú* ou a aparência dela é imprescindível na vida do governante pois não se sabe se qual será o próximo vento da *fortuna* nem para onde vai. Esse é o conselho que Maquiavel aborda e, portanto, é sua crítica à tradição. O florentino assiná-la: “Precisa, portanto, ter o espírito preparado para voltar-se para onde lhe ordenarem os ventos da fortuna e as variações das coisas e, como disse acima, não se afastar do bem, mas saber entrar no mal, se necessário” (MAQUIAVEL, 1996, p. 85). Maquiavel está mostrando a maneira pela qual o príncipe deve se esquivar das situações que lhe podem comprometer. Ele vai mais além quando escreve que o príncipe “Deve parecer, para os que o virem e ouvirem, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade e todo religião” (MAQUIAVEL, 1996, p. 85). Isto é, a necessidade da dissimulação é no momento oportuno de cada situação. Embora o príncipe não seja religioso, porém, ele deve se mostrar religioso para que todos vejam que ele tem tal qualidade.

O segundo momento da crítica de Maquiavel aos humanistas diz respeito à virtude do príncipe para controlar o estado. O propósito que Maquiavel tem para o príncipe é o “mesmo” dos humanistas no que diz respeito “à honra, à glória e à fama”. Porém, com uma perspectiva diferente, como percebe Skinner (2018, p. 155), “A diferença crucial entre ele e seus contemporâneos está na natureza dos métodos que um e outros consideraram adequados para realizar aqueles fins”.

É indiscutível a importância da *virtú* na vida do príncipe, pois esta, além de conceder permanência ao governo, também traz segurança ao povo. Mas, enquanto os predecessores de Maquiavel alegam que o príncipe deve agir com princípios morais cristãos, ele sugere que isso não deve ser o ideal, “Pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons” (MAQUIAVEL, 1996, p. 73).

O que Maquiavel quer dizer, aos seus antecessores, é que não é confiável ao governante seguir tão de perto a moral religiosa como um dos requisitos necessários na política. Embora estejam em acordo para o alcance dos objetivos do príncipe, existe um distanciamento entre Maquiavel e seus predecessores, como observa Skinner (1996, p. 155), “avaliada como a diferença entre uma visão moral da política e uma concepção da política que estaria divorciada da moralidade, o contraste essencial diz respeito, isso sim, a duas moralidades distintas”.

Para Maquiavel, se o príncipe quer governar bem, um dos requisitos para isso é aparentar ser virtuoso, caso ele não tenha tanta *virtú*, é necessário se desprender das virtudes cristãs, por mais que sejam boas não deve aplicá-las na política, pois estas podem conturbar o seu governo, entende Skinner que esta é “a lógica que preside sua análise da suposta virtude da liberalidade” (SKINNER, 1996, p. 156).

Portanto, Maquiavel confronta claramente os humanistas na questão do *vir virtutis* cujo “pressuposto humanista de que o autêntico *vir virtutis* nunca se deve envolver em manobras sorrateiras” (SKINNER, 1996, p. 157). Pois os humanistas tinham essa perspectiva, e não poderiam pensar em uma proposta que Maquiavel faz para o governante, que é imitar o leão ou a raposa, animais estes, que ele apresenta ao príncipe como modelos para agir conforme a natureza desses animais. Nesse sentido, Maquiavel nos diz que o príncipe “Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos” (MAQUIAVEL, 1996, p. 82). Essa concepção para os humanistas seria rejeitar os padrões morais da cristandade, ou porque não dizer: era usar de dissimulação.

Maquiavel sendo um realista, não aceita que o príncipe possa se prender a tais princípios que não lhe garantiam o governo do estado com segurança, logo, é necessário “ao príncipe saber usar bem tanto o animal quanto o homem” (MAQUIAVEL, 1996, p. 83). Daí resultou a má recepção de Maquiavel como um escritor e conselheiro político. Percebe-se que os escritores tradicionais não avaliaram a natureza humana como o florentino avaliou. Algo forçava Maquiavel a pensar porque os humanistas não refletiram sobre os homens, já que os homens são volúveis.

Visto que os homens são “maus”, o príncipe deve ter controle da situação antes de qualquer eventualidade que ponha em risco seu governo, fugindo assim dos princípios morais cristãos. Não é de admirar que Maquiavel levanta duras críticas aos humanistas, pois esses, analisavam a política de maneira mais teórica, enquanto ele a viu de maneira prática, isto é, como ela realmente é. A sua mudança na hora de agir e usar todas as virtudes ou até mesmo se desfazer delas dependerá dos ventos da *fortuna*. Warmling (1996) nos diz que se o governante não estiver apto para se desprender das virtudes cristãs está em risco de perder o poder. O governo deve ser mantido em segurança, para isso, é oportuno que “seja pelo amor, pelo respeito ou pela força” (WARMLING, 2018, p. 262).

A *virtú* é, para Maquiavel, a liberdade que o príncipe deverá ter no momento da *fortuna* contrária ao seu governo para controlar a situação que se lhe apresenta, assim, o príncipe deve ser modelável para que isso aconteça. Ser virtuoso para Maquiavel é usar o

que ele tem a seu favor para assegurar o governo e controlar os súditos. Para Maquiavel isso é compreensível na política. Não importando quais princípios morais lhe antecedam.

2.3 Sobrevivência dos valores republicanos

Visto que as cidades-estados sempre estavam em busca de sua liberdade, passaremos agora a analisar o desenvolvimento dos centros republicanos. A partir de 1454 muitas cidades-estados não abrem mão do seu direito de liberdade. E como os pensadores florentinos que antecedem Maquiavel usavam as tradições para contrapor os conceitos da *virtú* para justificar as suas visões com relação ao futuro de Florença. Veneza que já estava com seu governo republicano, ou porque não dizer “governo misto”, como assim entende Skinner, incentiva outras cidades, como Florença que está sob o comando da família Medici, para que avancem para conquistarem sua liberdade

Apesar da Itália estar em tremendos conflitos, Veneza se gloriava por ter alcançado o seu nível político administrativo desejado e, dessa forma, envolvendo a participação de todos na administração. Assim, ela é admirada por alguns escritores como: Paolo Paruta (1540-1598), um historiador veneziano que em seus discursos elogia sua cidade e admira o seu desenvolvimento republicano. Ao contrário de Veneza, está Roma e Florença cada vez mais submetida aos únicos caprichos dos papas e dos Medici até a “invasão dos franceses em 1494 (SKINNER, 1996, p.163).

Porém, em 1509 os franceses fortalecidos pelo papa Júlio II invadiram Veneza e a tomaram. Logo mais tarde o Papa Júlio reúne forças contra o exército francês para conter a sua ganancia contra os governos. Afim de que a Itália fosse libertada, “Pompeii Colona, incitava a população a uma série revoltas, com o discurso incendiário no qual denunciava a “tirania sacerdotal” dos papas [...] e combatesse pela antiga liberdade (SKINNER, 1996, p. 164). Pelo menos por um curto período de tempo, Florença alcança seu objetivo quando o rei Carlos VIII invade Florença tomando assim o poder dos Medici, contudo, essa liberdade que os florentinos obtiveram durou até 1512 quando novamente a família Medici retornam ao poder, Skinner vai dizer “que os Medici se viram finalmente capacitados a consolidar sua posição como senhores hereditários de Florença no começo dos anos 1530” (SKINNER, 1996, p. 165). Isso depois de muita relutância contra o seu governo por parte dos florentinos.

Apesar de muitas lutas sem resultados, Skinner vai falar de duas “ideologias republicanas” que contribuíram para a escrita humanista, que foram: a escolástica italiana

do século XIV e o humanismo “Cívico” de inícios do século XV e, como essas doutrinas foram retomadas com mais força no início do século XVI, dizendo que foram “incomparavelmente rica”.

Segundo o autor a escolástica teve uma contribuição na defesa do republicanismo, que era uma defesa mais centrada na escolástica diferenciando um pouco do humanismo. Em Florença, o teólogo Savonarola fez uso da escolástica para defender seus direitos republicanos, que após se tornar um renomado pregador e atraindo multidões através dos seus discursos se tornou um defensor das “liberdades tradicionais das cidades” (SKINNER, 1996, p. 166). Dessa forma, Savonarola crê que seria inútil falar a favor da *virtú*, pois ele cria que o governo de uma cidade e principalmente Florença estava sob os cuidados de Deus e não das ações do homem. O título de profeta dado por ele mesmo levava o povo a crer “que Florença era uma cidade eleita, guiada por Deus e por ele só” (WEINSTEIN, 1970, p. 141-142, apud SKINNER, 1996, p. 166). O pregador Savonarola, abraça a ideia de que a *virtú* nada mais objetiva se não a “fama e honra” coisas que não combinam com o verdadeiro cristão que deve se preocupar apenas com sua vida cristã. Não só, também, para conseguir o apoio dos florentinos pregava muito sobre o crescimento da cidade levando muitos a entenderem em seus discursos sobre o brilhante futuro de Florença.

Apesar dos seus sermões que induziam o povo a confiar em um futuro promissor de Florença, Savonarola defendia que a prosperidade de Florença “deve ser considerada um sinal do favor divino” (SKINNER, 1996, p. 168). Como republicano que era, não foi a favor dos mercenários nem da tirania, pois violava os princípios de liberdade.

A busca pela liberdade fazia crer que a solução seria a manifestação de todo povo, vendo que isso não seria possível foi indicada a escolha de algumas pessoas para representar cada cidadão, evidentemente, entenderam “[...] que a liberdade somente se consegue garantindo-se, mais que tudo que os cidadãos e seu governo continuem sendo um só e a mesma coisa” (SKINNER, 1996, p.168).

Skinner nos apresenta outra contribuição, a de Mario Salamonio (1450-1532) que foi um renomado jurista em Roma. Em seu diálogo “*soberania do patriciado em Roma*”, Salamonio também traz seu ponto de vista de como seria o governo e que não era a favor de uma enorme riqueza e um exército fraco. O jurista, acreditava que uma cidade que se preocupava muito com as riquezas não estava preocupada com as invasões, ele acreditava “que a combinação de debilidade militar com uma enorme riqueza era a principal causa dos recentes fracassos italianos [...]” (SKINNER, 1996, p. 170). A relutância de

Salamonio quanto a isso, devia ao fato de que muitos reinos eram atraídos pelas riquezas alheias. Também como teólogo, não acreditava que poderia servir a Deus e ao dinheiro.

Procurando uma solução para evitar invasões na Itália, o filósofo tece seus argumentos começando por não confiar em mercenários, pois estes não têm nenhum proveito na batalha. O outro ponto é para cada cidade se preocupar com seus cidadãos, instruir seus filhos “do que deixar esse dever em mão de simples mercenários” (SKINNER, 1996, p.171). Nesse sentido, o propósito de Salamonio é um governo que tenha seus cidadãos livres e que tenham paz. Nas palavras de Skinner veremos o paralelo entre Savonarola e Salamonio:

A condição essencial para ter-se uma vida cívica livre de feliz, dizem eles, reside na criação de eficazes instituições cívicas; e a condição para que essas se mantenham em boa ordem, por sua vez, está na garantia de conservar-se o poder soberano, em última instância, em mão do conjunto inteiro dos cidadãos. (SKINNER, 1996, p. 171).

O que os humanistas pretendiam era um governo que possa contribuir para que o indivíduo tenha o direito de exercitar sua livre cidadania. Entendendo, essa liberdade submetia o cidadão a um comportamento que não deixava transparecer nenhum viés dos imperadores romanos. Já que os imperadores não davam essa liberdade ao cidadão.

2.4 A contribuição do humanismo: A Liberdade

Passemos agora a apresentar o conceito de liberdade para os humanistas, como eles defendiam e como adquiri-la. E ainda, como os humanistas relacionavam a liberdade com a *virtú*, bem como até que ponto o cidadão era considerado livre e como ele se relacionava na sociedade como um todo. Por fim, como os humanistas enxergavam uma cidade sob o comando de um tirano.

Segundo Skinner, o humanismo foi o pensamento de maior influência na política renascentista. As ideias republicanas trazidas por esses escritores, sem dúvida, foram mais influentes que a escolástica. De certo, o que se espera de uma nação que está sob um regime político indesejável é sua liberdade. Isso era o que estava acontecendo com os florentinos. O governo dos Medici sobre Florença não era nada agradável aos de espírito republicano.

Para Paul Larivaille, um filósofo que também escreve sobre Maquiavel, em seu livro *A Itália no tempo de Maquiavel*, os Medici começaram a ter influência em Florença

quando Cosmo de Medici, muito estrategista e ambicioso, “instaura um ciclo que lhe assegura o controle permanente da senhoria” (LARIVAILLE, 1988, p. 21-22). Cosme garante aos florentinos uma forma de governo que não fosse prejudicial a Florença. De forma calculada, Cosme vai aos poucos governando Florença até que “No fim de uma crise excepcionalmente grave, transforma-se, em 1458, no novo pilar do regime dos Medici” (LARIVAILLE, 1988, p. 22). A família Medici cresceu em Florença ao ponto de Lourenço, o magnífico, neto de Cosmo, assumir o controle da cidade em 1469.

Os anos de governo pela família, fez despertar entre os florentinos, escritores humanistas que não estavam conformados com o governo. Por certo, depois de tantos anos de relutância contra os Medici florença volta a ser república em 1494, porém isso foi de pouca duração, pois já em 1512 a família volta ao poder. Isso leva a crer que o humanismo florentino passa a florescer mais uma vez com muita intensidade, Skinner aceita a ideia de que “Os defensores das liberdades tradicionais florentinas foram inspirados” (SKINNER, 1996, p.173).

A família Medici no domínio de Florença, apesar de ser uma república, era dominada por eles. Nisso resultou que a prosperidade de Florença era usada para o acúmulo de suas riquezas. Vale ressaltar que nem todos os humanistas tinham o espírito patriota, se deixando levar pelos Médici que usavam parte dos seus recursos para patrocinar humanistas com seus discursos democráticos, senão vejamos:

Mais seu capital cultural também crucialmente, consistia no patrocínio de humanistas, artistas e filósofos que, como marionete bem-orquestrada, subiam no palco público de Florença para representar a comédia da democracia que distraía da tragédia da oligarquia. (VATTER, 2017, p. 14).

Isso parecia um jogo de manipulação, ao passo que esses discursos eram proferidos por alguns humanistas em uma cidade republicana, a população engolia esses discursos enquanto a oligarquia dominava. Não obstante, “Maquiavel foi o primeiro intelectual florentino a rir desse espetáculo e puxar a cortina da tragédia” (VATTER, 2017. p. 14). Quando escreve sobre o verdadeiro sentido da política. Apesar dos jogos políticos pelos Medici para dominar Florença usando quem quer que fosse como fantoche para manipular o povo, não podemos deixar de lado toda essa inspiração que vem de muitas frustrações por não ter um governo livre.

Os pensadores humanistas começam a organizar reuniões para juntos expor suas ideias a favor de uma república. Para Skinner, “O principal pensador a frequentar os

hortos oricellari, nessa época foi, Maquiavel” (SKINNER, 1996, p. 173). *Hortos oricellari* era um local aos arredores de Florença que serviu como local de encontro para os pensadores *antimediceus*.

Skinner entende que o ponto chave dos escritores florentinos é a liberdade de cada cidadão. A força de alguns escritores induzindo o povo a rejeitar um governo tirano para que voltem a sua liberdade citados por Skinner são: Patrizi (1529-1597), um filósofo italiano que fala sobre a *instituição da república* e Rinuccini (1562-1621), que foi um poeta florentino e escreveu um tratado chamado *diálogo sobre a liberdade*. Esses autores lutavam fortemente para que o povo fosse livre dos governos tiranos. Para Skinner, Maquiavel como um republicano crê que a liberdade é inerente ao homem, afim de argumentar seus interesses na república.

Desse modo, Skinner observa que os escritores do renascimento tinham muita preocupação em serem governados por um regime tirano. Ele vai mais além, quando diz que, “Se tiver de escolher sua preferência sempre se voltará para uma forma mista de governo republicano” (SKINNER, 1996, p.178). Para ele, o autogoverno era a preferência dos oradores florentinos, eles entendiam que a república só traria liberdade quando governada pelo povo e, que um principado poderia trazer prejuízos. Diferentes de Maquiavel, os humanistas admitiram que o principado poderia ser ganancioso por poder. Assim, Skinner argumenta que esses pensadores priorizavam um regime republicano de estilo aristocrático “Que insistia na necessidade de o povo ser liderado por uma classe dirigente pequena e bem coesa” (SKINNER, 1996, p.180). Logo, a classe nobre deveria governar e não a classe da plebe. Roma republicana seria o modelo para Patrizi e Guicciardini (1483-1540), que segundo Skinner, acreditavam que a liberdade de Roma teve seu fim após a chegada de Júlio Cesar.

Para esses pensadores florentinos, segundo Skinner, a busca desregrada pelos bens privados é a causa de perderem sua liberdade como cidadão. Nesse sentido, Guicciardini confrontava fortemente o luxo que Florença estava vivendo. O luxo não era uma ideia de quem se preocupava com a liberdade do povo, pois, não mostrava respeito ao cível. Segundo Skinner, não só Guicciardini como também Maquiavel pensavam que a liberdade de uma cidade está em jogo quando praticam deliberadamente o luxo. Outro aspecto que causa a perda da liberdade é a confiança em exércitos mercenários, que segundo Skinner:

Era mais frequente, porém, dar-se a maior ênfase a esse quase lugar-comum que consistia em dizer que a tendência generalizada em contar

com apoio de tropas assalariadas constitui um dos mais desastrosos escândalos da época. (SKINNER, 1996, p.183).

As tropas mercenárias nunca foram vistas pelos escritores com um olhar de aceitação para juntar-se a um exército. Os humanistas florentinos admitem que os mercenários não eram de todo confiável a liberdade republicana. Isso é reforçado por Maquiavel quando diz que “Mercenários e auxiliares são inúteis e perigosos” (MAQUIAVEL, 1996, p. 57). Denis Collin, em seu livro *Compreender Maquiavel*, discorre sobre as tropas mercenárias dizendo que “O povo pouco a pouco perdia sua liberdade para cair na dominação dos exércitos que supostamente o defendiam (COLLIN, 2019, p 217).

Por certo, se a Itália fizesse aliança com essas tropas, nunca conseguiriam sua liberdade, pois eles são extremamente perigosos para um Estado, uma vez que visam apenas o lucro que podem obter de um reino. Como nos fala Larivaille, “Os mercenários não têm outras motivações além do atrativo do ganho [...]” (LARIVAILLE, 1988, p.73). Vatter aponta que o motivo de Florença perder Pisa para a França foi a “[...] confiança em comandantes mercenários e exércitos estrangeiros que não tinham interesse em vencer pelos interesses florentinos” (VATTER, 2017, p. 20). Esses conselhos são muito bem retratados em *O príncipe*, alertando ao governante os perigos dos mercenários.

Na perspectiva de Skinner podemos pontuar que a corrupção era outro fator que contribuía para não conseguir a liberdade. De acordo com ele, os interesses particulares geravam a corrupção, logo, a falta de liberdade. Skinner entende que a corrupção é “[...] antes de mais nada, a incapacidade de alguém dedicar suas energias ao bem comum e – paralelamente – a tendência a colocar os próprios interesses acima dos da comunidade” (SKINNER, 1996, p. 184-185).

2.5 O problema da liberdade

De fato, os interesses particulares não geram uma dinâmica que envolva o bem comum de toda a sociedade. Como foi citado, a busca pelos bens privados gera interesses próprios, de igual modo é a corrupção com seus próprios interesses de maneira corruptível. Esse tipo de atitude dava liberdade a um líder qualquer para se firmar no poder por um longo tempo, e muitos não olhando para esse tipo de atitude o acompanhavam, dando-lhe total apoio, resultando assim, no fim de uma república.

Alguns contemporâneos de Maquiavel, como Savonarola, argumentava a favor do modelo veneziano, que era “a proposta de aprovar o conselho grande” (SKINNER, 1996, p. 192). Embora dando certo esse regime administrativo, foi alvo de críticas por parte dos adeptos da aristocracia alegando que poderia terminar em uma democracia. Afim de evitar esse problema, foi solicitado o regime aristocrático. Com o intuito de melhoria para Florença, Guicciardini, foi de total acordo com o modelo aristocrático para ser aplicado em Florença.

Segundo Skinner, outro conceito usado pelos humanistas para a preservação de sua liberdade além das armas era “um sentimento de orgulho cívico e de patriotismo que se constatasse em todo povo” (SKINNER, 1996, p. 195). Para os verdadeiros defensores da liberdade não era necessário somente as armas e as leis, e sim, um estímulo no interior de cada cidadão que motivasse o desejo de lutar pela sua pátria.

2.6. A *virtú* individual e a liberdade

Como já identificamos a *virtú* de um príncipe para governar em Maquiavel, vamos agora apresentar a *virtú* individual isto é: a moralidade. Como ela pode se desenvolver no indivíduo que procura sua liberdade como cidadão.

Os humanistas usam também o conceito da *virtú* para se obter a liberdade, todavia, de acordo com Skinner, não é a *virtú* individual do príncipe, é a “Ideia de que essa mesma qualidade possa encontrar-se no conjunto dos cidadãos” (SKINNER, 1996, p. 196). Em outras palavras, o cidadão deve mostrar uma certa disposição para defender sua pátria, de modo que, pense nela como um bem superior, fugindo dos seus interesses privados. A qualidade de um povo virtuoso zela pela liberdade de sua pátria.

O problema agora para os escritores humanistas, segundo Skinner, é como desenvolver essa *virtú* na vida de cada cidadão. Os teóricos de “espelhos aos príncipes”, conjecturavam que era através de uma boa educação. Os contemporâneos de Maquiavel, ensinam uma forma do povo contemplar a importância da cidade acima dos seus interesses próprios, assim, nas palavras de Skinner, vejamos como os humanistas tentaram resolver esse momento de decisão e luta pela liberdade: “Concluíram eles, conforme vimos, que a solução residia em assegurar a via das honras aberta a todos os cidadãos, oferecendo a cada um iguais oportunidades de satisfazer suas ambições mais elevadas a serviço da comunidade” (SKINNER, 1996, p. 199). A principal questão dos escritores em favor da liberdade é para não ser dominado pelos grandes. Helton Adverse

em seu artigo: *Maquiavel, o conflito e o desejo de não ser dominado*, entende que o conceito de liberdade em Maquiavel é: “O que desperta o desejo de liberdade é a realidade de opressão, o sentimento de que ela poderá se estabelecer” (ADVERSE, 2017, p. 149). Assim, um povo virtuoso é destemido quando se trata de ameaças para a cidade, entendendo-os, que a sua *virtú* individual o capacita para lutar com bravura em prol da não opressão, de modo que seu esforço pode conter os agressores, pois assim, não há corrupção na sociedade lutando pela sua pátria, doutro modo, “[...] uma classe que, desprovida de autentica virtude cívica, coloca em perigo os fundamentos da liberdade [...]” (ADVERSE, 2017, p. 137). Para Skinner, ao comentar sobre Guicciardini e Maquiavel, nos diz que eles são conscientes que a *virtú* de cada cidadão contribui para a liberdade republicana. Para isso, será necessário “capacitar homens da mais alta *virtú* a perseguir as metas de honra, glória e fama enquanto servem a sua comunidade” (SKINNER, 1996, p. 200).

Dessa forma, o conceito de liberdade republicana está ligado a capacitação das pessoas que tenham um interesse por sua liberdade. Essa capacitação está ligada a *virtú* de cada indivíduo, a *virtú* do povo em luta pelas boas leis e contra a “ditadura”. Desse modo, entende-se que o cidadão virtuoso é aquele que luta livremente pela comunidade, dando uma nova perspectiva para leis que regem a cidade.

3. MAQUIAVEL E A LIBERDADE

Passaremos agora a analisar de que modo Maquiavel pontuava o conceito de liberdade. De acordo com Skinner, o conceito de liberdade dos antecessores de Maquiavel era “ortodoxa”, desse modo, como já foi dito acima, a liberdade republicana defendida pelos humanistas é de que a liberdade é oferecida aos cidadãos “talentosos”, Skinner, portanto, apresenta a posição de Maquiavel como “heterodoxa”.

Para Skinner, Maquiavel pensa que essa manifestação do povo ao senado foi o que manteve a liberdade de Roma como república. A manifestação da plebe contra o senado equilibrou os diferentes interesses do povo. Logo, Maquiavel concebe que o próprio “tumulto já expressava a mais alta *virtú* cívica” (SKINNER, 1996, p.202). Segundo Skinner, Maquiavel acolhe uma liberdade em que o povo pudesse manifestar os seus argumentos sem ser interrompido por outros, mesmo que isso viesse a parecer algo anormal aos teóricos anteriores.

Falar sobre *virtú* é entrar em alguns caminhos que não são aconselháveis para alguns públicos como é o caso dos cristãos, pois, agir virtuosamente em algumas ocasiões infringe os princípios do cristianismo, porém, a religião foi usada por muitos para seu desenvolvimento na política.

Na arte da política, ser virtuoso é usar com sabedoria a natureza “do leão” e “da raposa” nesse sentido, é nesse contexto que a *virtú* revela os dois lados como presume Maquiavel. Dessa forma, o príncipe deve ter a ousadia para usar ambos os lados como se fosse uma arte, isto é, aquilo que pode ser mudado. Conforme as palavras de Vatter “[...] a *virtú* é, portanto, o emprego artístico e regrado da violência e da força para obter comando sobre um grupo de pessoas que vive num dado território” (VATTER, 2017, p. 78). Para o autor, as coisas não seguem um curso “natural”. Aqui não se pode negar a possibilidade de o príncipe ser religioso.

Por mais que o governante deva parecer religioso, e assim demonstrar sua *virtú*, ele não pode misturar a *virtú* política com as virtudes religiosas. Vejamos nas palavras de Skinner como Maquiavel via esse contexto:

[...] se estivermos genuinamente empenhados no ideal da *virtú*, e concordarmos com a decorrente obrigação de situarmos os interesses da pátria acima de todos os demais, então não poderemos continuar supondo que um homem virtuoso e um homem de *virtú* necessariamente haverão de se portar da mesma forma. Pois não podemos imaginar que virtudes como a bondade, a sinceridade e o

respeito a justiça sempre – ou mesmo frequentemente – se mostram compatíveis com um firme propósito de alcançar o bem geral da comunidade. (SKINNER, 1996, p. 203).

A diferença de Maquiavel para seus contemporâneos é a maneira como ele via a política e como ela é de fato. Para um cidadão conseguir a liberdade requereria comportamentos que não eram favoráveis aos conceitos cristãos. Usar a *virtú* para a liberdade era fugir das virtudes cristãs. Quem realmente queria a liberdade republicana tinha que usar todos os meios para tal objetivo. Para Skinner, Maquiavel “aconselha a atuarmos da forma mais virtuosa a nosso alcance” (SKINNER, 1996, p. 203). Contando que seus interesses pela liberdade republicana estejam acima de qualquer coisa.

Logo, o que Maquiavel entendia como liberdade era o povo fazer suas manifestações nas praças e serem ouvidos pelos representantes, isto é, as reclamações e os tumultos que são feitos pelo povo é o que mostra a liberdade do povo. Como Maquiavel bem entende que “os pequenos não querem ser governados pelos grandes” fica entendido que usa sua liberdade para suas exigências, dessa forma, “Maquiavel radicaliza os tumultos como produtor de liberdade” (AMES, 2019, p. 46).

Assim, Skinner acredita que Maquiavel como defensor da liberdade republicana é mais racional que seus contemporâneos, pois, o florentino não deixa de observar até que ponto o cidadão de *virtú* possa lutar por seus direitos. Desse modo, Maquiavel não limita suas palavras para dizer que o homem deve somente agir bem, agir além dos princípios da moral cristã, isto é, usar todas as armas em prol de sua liberdade.

3.1 Natureza humana em Maquiavel

No decorrer da História, o homem demonstrou que é de natureza inclinada ao mal e conflitos. Isso levou Maquiavel a pensar em um estado com algumas medidas para não perder o controle e assim se manter firme. Uma das recomendações de Maquiavel é para “que todo príncipe deva desejar ser piedoso e não cruel” (MAQUIAVEL, 1996, p. 79). Desse modo, percebe-se que nosso filósofo não demonstra traços de crueldade. Quando ele diz: “é muito mais seguro ser temido do que amado, quando se tem de desistir de uma das duas” (MAQUIAVEL, 1996, p. 80), uma vez que não é fácil obter os dois. Fica a questão: até que ponto o príncipe deve demonstrar sua bravura? Para ser temido é necessário praticar crueldade? Por certo, Maquiavel orienta que “bom seria que fosse

temido e amado”. Segundo Collins ao falar sobre a natureza humana em *O príncipe de Maquiavel* consolida que:

Os homens não são nem sociáveis nem insociáveis; são sobretudo preocupados, em primeiro lugar com sua própria sobrevivência, em segundo em estender suas possessões e seu poder. Se vivem mais em sociedade, a razão para isso está em buscar as vantagens que esta última oferece. (COLLIN, 2019, p. 100).

A experiência diplomática do nosso florentino lhe deu um legado de uma das histórias mais excepcionais na área da filosofia política. Assim sendo, Maquiavel acredita que pela ingratidão do homem é melhor ser temido (MAQUIAVEL, 1996). Todavia, ele acredita que há possibilidade de o príncipe “ser temido e não ser odiado” (MAQUIAVEL, 1996, p. 81). À proporção que o homem é ambicioso por natureza ele também é ciumento, assim sendo, é claro e racional no momento em que fala ao príncipe para saber usar a crueldade, isso significa dizer que: o estado e os soldados serão obedientes e não lhe trarão nenhum dano, já que o homem tem dificuldade de obedecer.

O tempo em que Maquiavel esteve como secretário de Florença foi de grande valia e importância. Sua experiência o levou a entender que: “os homens têm menos receio de ofender a quem lhe faz amar do que a outro que se faça temer” (MAQUIAVEL, 1996, p. 80). Dito essas coisas, Maquiavel lança a proposta e indaga: “é melhor ser amado que temido ou o inverso? A resposta é que seria de desejar ser ambas as coisas, mas, como é difícil combina-las, é muito mais seguro ser temido do que amado” (MAQUIAVEL, 1996, p. 80.) Ele ainda entende que o temor impõe respeito, como segue suas palavras:

Por excessiva piedade, deixam evoluir as desordens, das quais resultam assassinios e rapinas; porque estes procuram prejudicar uma universidade inteira de cidadãos, enquanto as execuções ordenadas pelo príncipe ofendem apenas um particular. (MAQUIAVEL, 1996, p. 79).

Vejamos que a palavra “particular” indica a punição por parte do príncipe apenas a um que transgrediu, ou seja, a crueldade não é usada por prazer e sim, para administrar o principado. A ingratidão do homem leva Maquiavel a pensar em duas formas para corrigir o erro: “a lei e a força” sendo que a primeira é homem e a segunda é dos animais (MAQUIAVEL, 1996, p. 83). Ou seja, essas duas naturezas fazem com que o príncipe governe “com integridade”. Mais precisamente, o príncipe deve saber usar os dois lados, isto é, o “lado do homem e o dos animais”. Todavia, o chanceler não acredita que esse mal no homem não é irremediável. José Luís Ames, em seu artigo *Natureza humana, dever moral e finalidade do Estado em Maquiavel*, expressamente diz:

Ademais, vimos que, ainda que Maquiavel admita uma propensão maior ao mal do que ao bem, isto não é algo impossível de ser revertido. Muito pelo contrário, a educação tem a força de moldar o caráter dos homens e incliná-lo ao bem mesmo que, por natureza, não esteja voltado a ele. (AMES, 2006, p. 66-67).

Ames considera a preocupação de Maquiavel com relação a segurança do Estado, como trazer total segurança se o homem tem tendências para a perversidade? Ou é irremediável esse desejo do indivíduo? Isso pode trazer uma má fama para o príncipe e desordem no Estado.

Uma vez que a “natureza humana” é remediável, Ames presume que o estado deve estar preparado para enfrentar tal situação. Ames (2006, p. 68) acerta que “o governante sabe também que deve precaver-se”, nesse sentido, o estado tem o poder de controlar o orgulho e as más intenções do homem. Se o Estado não tomar medidas para controlar a “natureza humana” de forma mais rígidas, o homem que tem tendências perversas pode trazer uma total desordem no Estado.

No mundo sem organização de um supremo (Estado) não pode haver uma harmonia, isso quer dizer que a “natureza humana” tende a levar o homem ao fracasso, ou seja, provavelmente não teríamos uma sociedade equilibrada. Não existe uma instituição ou órgão qualquer que possa sobreviver sem a instituição de uma lei. O que Maquiavel propunha era um Estado que governasse conforme a necessidade da sociedade, em outras palavras, conforme a “natureza humana”, por certo, “Se os homens fossem todos bons, este preceito não seria bom, mas, como são maus e não mantem sua palavra para contigo, não tens também que cumprir a tua” (MAQUIAVEL, 1996, p. 84).

Em suma, o secretário florentino, instrui o governante não ter medo de organizar o Estado com as leis que lhe são cabíveis para os imprevistos que o homem tem a apresentar, pois sua natureza inclina para o erro e os maus comportamentos. As leis do Estado estão para remediar a situação, bem como a educação que pode trazer um benefício ao homem com natureza desregrada capaz de ameaçar o Estado. A preocupação do príncipe deve estar centrada na organização do Estado e para isso é necessário leis e educação.

3.2 Moral e política em Maquiavel

Visto isso, vamos agora analisar de que maneira Maquiavel percebe moral e política, em *O príncipe*, para entender que o estado obrigatoriamente tem suas formas de corrigir e punir quem erra contra suas leis, ou seja, o estado deve manter suas ordens. E como ele via a situação de um governante com moral e com autoridade para governar

A leitura do livro *O príncipe* levou muitos leitores a uma má interpretação nas suas entrelinhas se deixando levar por falsos pensamentos de que Maquiavel era um amoralista a favor da guerra e de atos criminosos. Aranha diz que uma má leitura de *O príncipe* levou muitos ao “Maquiavelismo” (ARANHA, 1993, p. 9). Isto é, segundo nossa autora, Maquiavel passou a ser chamado de “*segredo, esfinge, enigma, hieróglifo*, esses são termos usados por alguns estudiosos”. Essa visão equivocada é tomada por parte de alguns políticos para praticar o mal nos seus governos, para estes, Maquiavel é um defensor da crueldade e isso resulta em muitas críticas por parte da sociedade porque acabam acreditando que Maquiavel é um agressor. Ainda continuando com Aranha, veremos que muitas autoridades políticas manipulam o que Maquiavel escreveu.

Por uma leitura ultrapassada de suas obras, por ignorância e até por má-fé, certos políticos buscam em Maquiavel o modelo adequado a seus interesses. Ou, em contrapartida, os cidadãos continuam acusando os políticos de Maquiavelismo. (ARANHA, 1993, p. 10-11).

Maquiavel era um “patriota”. Ele não violou nenhuma lei para que o estado possa cumprir as regras que lhe são cabíveis. Para o florentino, o estado precisa impor suas regras e suas leis para que haja ordem no mesmo. Assim como Aranha, Denis Collin (2019) ao falar sobre *O príncipe* de Maquiavel também denuncia o “Maquiavelismo” e acredita que o estado na visão de Maquiavel é uma autoridade que deve exercer suas leis dentro de uma perspectiva que não fuja da moral. Vejamos nas palavras de Collin:

Maquiavel é considerado o teórico da razão do estado, isto é, de um sistema de justificação política de atos moralmente inaceitáveis e, no entanto, úteis a defesa do estado e que por isso mesmo, seriam úteis à comunidade cuja defesa cabe ao estado. (COLLIN, 2019, p. 234).

Segundo Collin, o poder exercido pelo estado em Maquiavel não viola leis, não está fora da moral. Aquilo que o Estado usa para o seu benefício e sua organização Collin considera que “são segredos de estados” (COLLIN, 2019, p. 234-235). Para Leo Strauss, em seu livro *História da filosofia política*, que também fala sobre o florentino bem como a sua maneira de ver o estado, admite que: “na guerra a reputação de crueldade não faz mal algum” (STRAUSS, 2013, p. 271). Assim sendo, essas posições que são tomadas

pelos Estados são estratégias contra os “inimigos”, quer dizer, são recursos usados para a guerra e não para indivíduos.

Enganar o inimigo em tempo de guerra ou não desvelar todas as suas intenções em tempo de paz são qualidades para os dirigentes, ao passo que o embuste é considerado como um pecado ou um delito sancionado penalmente quando se tratar de assuntos entre pessoas privadas. (COLLIN, 2019, p. 235).

Collin chama Maquiavel de “o teórico da razão de Estado”, já Gruppi ao falar sobre o Estado novo em seu livro: *tudo começou com Maquiavel* (1993) conjectura que em Maquiavel está o começo da “teoria política” e “da técnica da política”, Leo Strauss do mesmo modo pressupõe que nenhum filósofo foi tão categórico e contundente para falar sobre política como Maquiavel, Strauss assim conceitua: “Maquiavel é o único pensador político cujo nome está em uso corrente para designar um tipo de política [...]” (STRAUSS, 2013, p. 268). O autor diz que Maquiavel está fazendo um resgate histórico da antiga “República Romana” e que deveria ser posto em prática em pleno Renascimento para a criação do novo Estado.

Ames considera que o Estado para Maquiavel não é um órgão com princípios amorais, ele assim conceitua: “A ordem estatal garantiria a segurança da vida de seus cidadãos e daria certeza de justiça. Esta seria a função principal do Estado” (AMES, 2006, p. 66). Percebemos nos capítulos XVII, XVIII de *O Príncipe*, quando fazemos uma boa leitura de Maquiavel, veremos que a base tomada pelo florentino para governar o Estado não desrespeita o princípio da moral.

No entendimento de Ames, Maquiavel foi um grande criador de regras básicas para os governantes e os ofereceu como formas para se manterem no poder, bem como se “prevenir”. Levando em consideração que muitos acreditam que Maquiavel é um político que coloca em risco o poder do estado com sua nova doutrina, muito pelo contrário, o escritor Florentino oferece meios dignos e morais de como o príncipe deve dominar o Estado.

O maior problema que muitos leitores criaram ao ler *O Príncipe* é achar que Maquiavel é um defensor dos meios tiranos para um estado novo pois sabemos que essa é uma ótica deturpada, de acordo Collin, ao falar sobre *O príncipe* de Maquiavel, acredita que é “uma tentativa de encontrar uma solução à questão da unidade Italiana” (COLLIN, 2019, p. 238), quando estudamos *O príncipe*, percebemos que a unidade da Itália não era tarefa fácil, nem por isso, acredita-se que um tirano seria a solução para o governo. Collin

(2019) acredita que Maquiavel é a favor de um “monarca” que governa para o bem de todos e não um “tirano” que procura seus “próprios interesses”, nas palavras de Aranha é uma “violência instauradora” e não uma “violência destruidora”. Nas palavras da própria autora, (ARANHA, 1993, p. 84) O propósito de tudo isso é “fundar o estado ou salvá-lo da corrupção” convencer alguém com uma visão invertida sobre o secretário patriota não é tarefa fácil, mas é claro, ele é um amigo dos italianos e não visa interesses próprios.

O patriotismo de Maquiavel tem em vista um monarca que faça da Itália um estado forte, para isso será necessário um príncipe forte o bastante para enfrentar as ameaças que cruzarem seu caminho, Aranha (1993, p. 84) acredita que “No momento da decisão de escolher o menos incerto entre tantas incertezas, cabe ao político compreender a situação em suas inúmeras determinações e agir”, isso também tem a ver com a fortuna e virtude, falaremos mais à frente.

Como já foi citado, o tirano procura governar para seus próprios interesses é claro que esse não é o objetivo de Maquiavel ao escrever *O príncipe* Barros em seu livro *10 lições sobre Maquiavel*, crê que “O primeiro critério que utiliza é de conteúdo moral, sendo as formas puras ou boas quando o governante administra a *polis* visando ao interesse geral, ao bem comum” (BARROS, 2010, p. 86-87). Ora, um novo estado deveria ser criado por um príncipe virtuoso, já que o novo estado era uma ascensão de entre os poderes externos e da Igreja. A criação de um novo Estado se dá pela *virtú* caso contrário seria por um “tirano que governa pelo terror” como bem fala Barros. Nesse sentido, vale ressaltar que a tirania nunca foi o modelo estratégico para conquistar e governar, mais sim, o modelo virtuoso, em outras palavras: o príncipe virtuoso cria o estado novo com astúcia para que possa beneficiar a todos.

O fato de criar um novo estado não parecia ser uma tarefa muito acessível ao ponto de transparecer que seus fundadores não eram pessoas dotadas de um alto grau de inteligência. Mas, analisando o que Maquiavel fala no capítulo VI de *O príncipe*, quando fala sobre esses fundadores de novos estados e novas leis, percebe-se que algo faz toda diferença: a “virtú” e a “ocasião” por certo, eles foram agraciados pela facilidade e a extrema necessidade de um líder. Nas palavras de Vatter:

Eis o caso puro de inovação, onde a virtude é máxima e a fortuna mínima, já que a fortuna aqui se resume apenas ao acesso a uma matéria pura, anteriormente sem instrução nem forma, esperando que o fundador introduzisse qualquer ordem que quisesse. (VATTER, 2017, p. 82).

O poder de percepção em um líder é imprescindível, pois nele está o futuro de um líder que é capaz de controlar com novas leis. Vale ressaltar que a percepção está atrelada a *virtú* do governante, se o governante não for virtuoso não poderá perceber o surgimento da ocasião, assim, o autor de *O príncipe* vai escrever: “E sem ocasião a virtú de seu ânimo se teria perdido, assim como, sem a virtú, a ocasião teria seguido em vão” (MAQUIAVEL, 1996, p. 24). Maquiavel usa como exemplo “Moisés”, “Ciro”, “Rômulo” e “Terseu” para ele esses líderes foram “[...] afortunados, enquanto sua excelente virtú fez com que reconhecessem a ocasião [...]” (MAQUIAVEL, 1996, p. 24-25). O preço para obter poder sobre o povo era um desafio para o governante, no entanto, nem todos demonstravam tanta dificuldade pois a *virtú* era inerente a ele. Comandar um estado com novas regras, novas leis jamais vistas pelo povo e ainda manter a segurança do povo não era uma tarefa de compreensível manejo. Deverá mesmo ser muito virtuoso.

4. POLÍTICA E RELIGIÃO EM *O PRINCÍPE*

O Estado tem sido um tema debatido entre muitos teóricos, cada um com sua perspectiva daquilo o que é o estado. Luciano Gruppi ao citar a Enciclopédia Treccani entende “que o Estado é a maior organização política que a humanidade conhece” (GRUPPI 1980, p. 7). Ou seja, o estado é uma autoridade que exerce seu poder e tem sob seu comando “o poder político, povo e território” (GRUPPI 1980, p. 7). Mas, o que falar sobre o estado moderno? Como e quando despertou entre as mentes intelectuais sobre esse termo? Falaremos um pouco como isso sucedeu.

4.1 A necessidade de um novo estado

A partir do século XV Espanha, França e Inglaterra se tornam grandes centros de poder após se tornarem estados independentes (estados modernos) as alianças desses estados com os burgueses os tornaram grandes navegadores o que os levou a um grande crescimento financeiro, segundo ARANHA (1993, p. 18): “a aliança entre reis e burgueses levará a consolidação das monarquias nacionais”, isso significa que os estados eram muito pouco desenvolvidos enquanto fragmentado, isto é, várias cidades estados.

É nesse contexto de crescimento econômico que Maquiavel se levanta como o incentivador para que a Itália se torne um estado moderno, quer dizer, um estado livre e forte. Ele é conhecido como o principal expositor sobre os Estados modernos, é ele quem analisa a partir do século XV a desenvoltura dos estados. Luciano Gruppi (1980, p. 8), entende que Maquiavel foi o primeiro a falar sobre o Estado. Assim como Collin (2019, p. 234) diz que “Maquiavel é considerado o teórico da razão de estado”.

O “republicano” florentino percebeu que alguns estados, que foram citados acima, cresceram enquanto que a Itália permanecia fragmentada. Maquiavel acredita que a unificação por um governante apenas é o ideal para o crescimento.

Apesar disso, ao escrever *O príncipe*, Maquiavel parte da consciência do fato de que na Itália existe uma situação de crise de todas as velhas instituições e que só se poderá reconstruir. O Estado, renovar a sociedade, se existir o poder absoluto de um príncipe que encabece esse movimento. (GRUPPI, 1980, p. 8).

O patriotismo do republicano não admitia uma Itália com um governo fragmentado, era necessário um estado novo e independente para assim se tornar forte, Maquiavel quer

um estado que não seja governado por forças externas, como por exemplo: o papa. O novo estado deverá ser governado apenas pelo príncipe.

O maior incentivo para um estado moderno foi o desligamento da Igreja Católica com a Igreja Anglicana. Gruppi (1980) diz que Henrique VIII desligou-se do papa e foi intitulado o próprio chefe da igreja, foi uma grande revolução que caracterizava um estado novo, ou seja, um estado independente. Nesse sentido, o estado novo se caracteriza por dois motivos:

A primeira característica do Estado moderno é essa autonomia, essa plena soberania do Estado, o qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. A segunda característica é a distinção entre Estado e sociedade civil. (GRUPPI, 1980 p. 9).

Logo percebemos que esse era o modelo que Maquiavel estava propondo para Lorenzo de Medici: uma Itália unida, pois a sua fragmentação contribuía para a entrada de países estrangeiros, e era o que estava para acontecer naquele momento. Um estado absoluto sem a intervenção da igreja.

Maquiavel em *O príncipe* nos diz das maneiras possíveis para fazer o estado forte e capaz de criar suas próprias leis. Leis essas que devem favorecer toda sociedade civil, como. Barros conceitua da seguinte maneira:

Assim o primeiro critério que utiliza é de conteúdo moral, sendo as formas puras ou boas quando o governante administra a *polis* visando ao interesse, ao bem comum. Do contrário, quando governa na clara intenção de satisfazer apenas aos interesses pessoais, as formas são impuras ou más. (BARROS, 2010, p. 86-87)

Ao contrário de muitos, Maquiavel não é um incentivador da tirania e nem da crueldade, o seu critério de governo era para o bem de toda sociedade, logo, a criação de um novo estado com um único governante era para o crescimento da Itália e o bem do povo.

Segundo Collin, ao falar sobre Maquiavel e a unidade Italiana, acredita que o florentino preza por esse discurso, embora a Itália esteja bastante fragmentada isso não intimida Maquiavel a pensar em sua restauração, “Maquiavel, no entanto, introduz uma importante novidade: essa nação deve se tornar um Estado” (COLLIN, 2019, p. 35). É claro que o termo “estado” não era pensado por Maquiavel, mas vamos usá-lo para entender a unificação que ele sonhava.

Depois do fim do império romano a Itália passa por grandes conturbações causadas pelas invasões bárbara, dessa forma, uma parte da Itália foi dizimada e outra parte foi

viver no campo. Segundo o autor, foi nesse tempo que a igreja começou a ter uma forte influência. Uma vez que, o papa viu os italianos dispersos e sem proteção de um rei, ou seja, “o papel político do papado nasce de um acidente”, segundo Collin (2019, p. 36). Parafrazeando Maquiavel, o papa se afortunou da ocasião, aproveitando esse momento que a Roma oriental estava passando o papa entra para assumir o império.

Logo após esses acontecimentos, as cidades passaram a si “emancipar”, sendo Veneza a primeira no século VI escolhendo um líder para sua própria autonomia. Essas cidades passaram a ser chamadas de “comuna”, isso resultou em discordância entre a “nobreza fundiária” e a “nobreza cidadina”, Veneza é elogiada por Savonarola dizendo que deve ser “um modelo a ser seguido por Florença” (COLLIN, 2019, p. 40). Maquiavel não nega que Veneza se tornou uma cidade forte e próspera, todavia, ele não acredita que ela continuará a ser forte por muito tempo, pois, está à beira de um fracasso. Apesar dos elogios que Veneza recebera não passa de um curto período e logo chegará ao fracasso.

Depois de Veneza, Gênova também se tornou uma comuna, e claro, com intuito capitalista, por conseguinte se tornavam “uma instituição semiprivada de proprietários e trabalhadores” [...] (COLLIN, 2019, p. 41). O autor escreve que algumas comunas se tornaram livres, a saber: Gênova, Pisa, Luca e Siena entre os anos de 1056 a 1147. Isso mostra que o rumo dessas comunas está voltado para um só objetivo.

No entanto, para Collin, essas comunas não são completamente livres, tanto na França como na Alemanha. “São apenas libertadas de um certo número das sujeições tradicionais em relação aos senhores de quem dependem [...] a Alemanha onde as liberdades comunais permanecem inseridas na pirâmide feudal [...] salvo na Itália” (COLLIN, 2019, p. 44). Tudo isso se deve ao fato da existência de dois lados: os que estão a favor do papa e os que estão a favor do imperador. Essa foi uma guerra que durou por longos anos, isso dialoga o autor: “Assim o conflito entre esses partidos permanece um conflito entre diversas facções das classes dominantes” (COLLIN, 2019, p. 44). Tampouco Florença se encontrava em situações confortáveis.

Florença não estava em situações confortáveis, os conflitos que haviam em Florença entre o papa e o imperador passou um pouco mais tarde para uma nova forma de conflitos que era uma disputa entre guelfos os apoiadores de Roma e gibelinos aliados dos imperadores. Esses conflitos duradouros só deixaram Florença cada vez mais em situações complicadas, tanto que, piorava mais o seu poder político que só contribuía para sua fragilidade. A situação foi tão crítica, sendo que o resultado foi que os florentinos

recorreram “[...] a um príncipe estrangeiro, Carlos Valois [...]” (COLLIN, 2019, p. 45). Porém, esse nada resolveu. De modo que, enfrentaram uma ditadura do duque de Atenas.

Ainda segundo Collin, as comunas não tinham uma ordem segura no seu governo, para ele, essa desordem foi um dos problemas pelos quais Maquiavel se preocupou em optar por um único príncipe. Contudo, estamos falando de uma época anterior a Maquiavel, século XIV em que as comunas ainda continuavam com sua política bem conturbada.

Não era de se esperar que uma nação fosse governada para esses fins, isso foi defendido com muita propriedade pelos humanistas do século XIV. Jordi Carmona Hurtado, em seu artigo *A força como único conteúdo da política: o capitalismo segundo hannah arendt*, concebe que o capitalismo e a burguesia têm propósitos para governar sem dar liberdade ao cidadão, como fala o autor: “A conquista que começa com a violência não pode assim senão terminar na tirania” (HURTADO, 2015, p. 173). Voltando com Collin, podemos perceber a preocupação do cidadão para não se submeter a tirania.

Esse discurso é muito frequente entre os estudiosos do renascimento, ou seja, como estava sendo o desenvolvimento econômico e quais medidas tomavam para conquistar mais recursos, quais as disposições os exércitos tinham para saquear cidades em busca dos recursos alheios. Maciel Vilalba em seu artigo *O papel das armas e do exército em a arte da guerra de Maquiavel* comenta que:

Este momento, denominado renascimento, caracteriza-se por um processo social dinâmico, ou seja, há certa liberdade de escolha individual possibilitando a ascensão social. Isto porque não mais se pensa em adquirir o suficiente apenas à subsistência, a acumulação de capital é agora um objetivo. (VILALBA, 2017, p. 20-21).

A busca desregada pelos bens se tornou assustadora para muitas cidades estados, esse interesse voraz de cada vez buscar recursos financeiros foi o bastante para aumentar as invasões e as guerras. Maquiavel está à procura de meios que possam proteger a Itália desses invasores.

O novo sistema econômico, não tinha limites para alcançar novos horizontes, em outras palavras, a burguesia estava atrás do lucro sem medir esforços, mesmo através da guerra. Segundo Vilalba (2017, p. 22) “os bancos começaram a surgir para facilitar as transferências”.

As possíveis invasões são destacadas por Denis Collin quando fala sobre o crescimento do capitalismo como um fator que poderia culminar em “declínio Italiano” pela invasão de outras cidades. A Itália estava em pleno crescimento “há na Itália uma riqueza que despertará muitas cobiças [...]” (COLLIN, 2019, p. 33). Para ele, a Itália estava despertando o interesse capitalista por parte das outras nações, A questão aqui, não é o crescimento da cidade de Florença e sim as invasões que ela poderia sofrer por parte da insatisfação das outras cidades com o acúmulo de riquezas, que de acordo Collin, o renascimento está apontando o início de uma era capitalista e que está a vista um declínio de Florença. O sistema bancário e empréstimos, bem como fortunas e que só priorizaram alguns, colocaram Maquiavel atento a essa questão que não via com bons olhos.

É nesse contexto do crescimento burguês e ameaçador que o florentino começa a pensar em uma estratégia para que Florença não fosse invadida e saqueada de todas as suas produções adquiridas. Assim, “Maquiavel é o herdeiro dessa Itália, e, ao mesmo tempo, compreende que esse mundo vai desaparecer, que é preciso uma transformação radical para salvar a pobre Itália” (COLLIN, 2019, p. 34). À proporção que a instabilidades das comunas eram críticas, as chances de tentar um governo para todos eram maiores. Não obstante, esse não seria o único problema, pois, outra situação poderia surgir para a liberdade das cidades, viverem governadas por famílias ricas, isso seria um problema, lembrando que um único governante estaria um passo para se tornar um tirano. A insegurança das cidades gerava várias situações indesejáveis: poderia surgir uma tirania caso todo governo fosse colocado nas mãos de um só homem; as grandes famílias poderiam se beneficiar da situação para com os pobres. Essa situação da Itália e principalmente Florença, levou no futuro Maquiavel a pensar em uma nova administração política para dar estabilidade administrativa ao governo que estava em crise política.

4.2 As características de um bom governante segundo Maquiavel

Já que falamos do desenvolvimento dessas cidades, como também dos perigos que eles corriam por acumular capital, passemos à exposição da solução que Maquiavel ofereceu para que a Itália fosse um estado forte e pronto para resistir aos ataques que poderiam surgir repentinamente.

4.2.1 Virtú

Em virtude de todos esses acontecimentos, o florentino aconselha ao príncipe que para evitar maiores problemas, por não saber o momento exato dessas invasões, é preciso que ele seja virtuoso. A *virtú* para Maquiavel é necessária e extremamente importante na vida do governante, um governante virtuoso tem um exército organizado e preparado para os ataques estrangeiros. Assim como fala Vilalba (2017, p. 28) “Pois, o príncipe revestido da *virtú* está apto a grandes feitos, inclusive, o domínio do povo”. A prevenção dos ataques externos está de acordo com o grau de *virtú* do governante.

O príncipe de Maquiavel mostra com detalhes para Lorenzo de Medici diversos exemplos ocorridos na história política no passado de vários reis. Para o Florentino, o que torna o príncipe com êxito no principado é a virtude, quanto maior a virtude de um príncipe, maior facilidade para conquistar, no entanto, se o príncipe não for afortunado, maior dificuldade terá para conquistar bens, assim como para governar. Segundo Maquiavel, duas coisas são fundamentais para que um simples homem se torne um príncipe: virtude e fortuna. Para ele, quando o príncipe é possuidor dessas duas características há uma grande facilidade para governar.

Maquiavel estava dando instruções de como um príncipe deve agir para permanecer no poder, porquanto, em momento alguma seria considerado um príncipe virtuoso aquele que concedesse poder a Igreja, pois esta lhe tomaria o reino.

Luís cometeu, portanto, estes cinco erros: aniquilou os menos poderosos; introduziu ali um estrangeiro poderosíssimo; não veio habitar no lugar; não instalou colônias [...] se não tivesse cometido o sexto [...] se ele não tivesse fortalecido a Igreja. (MAQUIAVEL, 1996, p. 15).

Vimos que a crítica que Maquiavel faz ao rei Luís XII foi de fortalecer alguém que já era forte, exemplificando: de modo algum, um príncipe virtuoso que almeja a unificação de seu Estado, concederá poder a outro, principalmente a Igreja.

Podemos citar como exemplos a história de dois homens que foram virtuosos e conduziram com facilidade uma nação inteira, Moisés e Ciro. O primeiro libertou os hebreus do Egito que estavam em escravidão. Maquiavel entende que esse foi um ato virtuoso já que ele foi em nome de Deus e aproveitou a ocasião. O segundo da mesma forma em nome de Deus libertou os hebreus que estavam em Babilônia também em nome de Deus e ambos foram bem-sucedidos com total controle e domínio

Quanto aos que, pela própria virtude e não pela fortuna, se tornaram príncipes, digo que os melhores foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu

etc. E, ainda que não se deva discutir sobre Moisés, uma vez que foi um mero executor de coisas ordenadas por Deus, ele deve ser admirado ao menos pela graça que o tornou digno de falar com Deus. (MAQUIAVEL, 1996, p. 24).

Pelo que percebemos, Maquiavel elogia esses homens virtuosos pelo simples fato de aproveitar uma oportunidade de fragilidade desses povos criando uma religião para que pudessem com maior facilidade controlá-los. Isto é, esse é o parecer que o florentino está transmitindo ao príncipe, uma demonstração da *virtú*

Para melhor entendermos, vamos desassociar a virtude de Maquiavel da visão Aristotélica e cristã, pois essa última, associa um homem com virtude àquele que não está disposto a enfrentar o mal ou o bem com sabedoria, isto é, não é capaz de tomar a posição da “raposa ou do leão” quando lhe for necessário, como fala Pinzani (2004, p. 41–42): “A *virtú de* Maquiavel não é a virtude no sentido tradicional clássico ou cristão, isto é, entendida como excelência moral, como qualidade de caráter moralmente positiva”. Barros também tem a mesma visão: “Dessa maneira o nosso diplomata não se refere à virtude cristã – empenhada na salvação da alma – mas à virtude pagã, em que a perfeição do indivíduo conta menos que o resultado obtido” (BARROS, 2010, p. 55).

Se preocupar em agradar a todos, leva o príncipe a correr o risco de perder o controle do Estado. Digamos que a *virtú* é um dispositivo que o príncipe deveria ter, porém, a doutrina cristã a transformou em algo muito manso e que era bom que os homens obtivessem. Contudo, para *O príncipe* de Maquiavel, o governante deveria ter “*capacidade, determinação, energia, engenhosidade e proeza*” (BARROS, 2010, p. 55, grifos do autor), que era o verdadeiro sentido da *virtú* de Maquiavel para que o príncipe pudesse governar bem.

O nosso pensador Florentino, muito embora mal interpretado não está preocupado com o que muitos vão falar sobre o príncipe, pois, “[...] se o mundo é imperfeito, não há eficácia em portar-se como um cordeiro no âmbito político; ao contrário, deve-se agir com astúcia na nítida intenção de assegurar a continuidade do Estado” (BARROS, 2010, p. 55).

Se o príncipe usa a crueldade para o bem do Estado, isto é, usa em favor da sociedade e não para o seu próprio benefício, não é algo mal, isso é política para manter o Estado em ordem, simplificando: isso é *virtú*. Aqui se fala de estratégias políticas, que segundo Pinzani, são meios de conquistar seus fins.

A *virtù* não possui nenhuma qualidade moral. Consiste muito mais numa mescla de qualidades diversas e, em parte, opostas, cujo valor só pode ser julgado a respeito de sua aplicabilidade na práxis política: coragem, valentia militar, magnanimidade, resistência, prudência e, sobretudo a capacidade de reagir da maneira melhor em cada situação. (PINZANI, 2004, p. 42).

Virtú é isso, ser flexível em cada situação é mudar um rumo que talvez não estava a seu favor. O príncipe virtuoso deve estar em constante mudanças se os tempos não estiverem lhe favorecendo algo de bom, portanto, quem faz as situações estarem ao seu critério? O príncipe virtuoso.

Deve parecer, para os que o virem e ouvirem, todo piedade, todo fê, todo integridade, todo humanidade e todo religioso. Não há nada mais necessário do que parecer ter esta última qualidade. (MAQUIAVEL, 1996, p. 85).

Até parece que Maquiavel é um escritor que conduz o príncipe a ser uma pessoa que vive de maneira bipolar, contudo, dentro da política o príncipe deve “mostrar o papel fundamental da virtú” (Vilalba, 2017 p. 20). Maquiavel foi alvo de muitas críticas, como uma delas “a moralista”, no entanto, Maquiavel está segundo Pinzani (2004) “libertando” o homem da virtude cristã para a *virtú* política de um príncipe que procura maneiras para governar bem, ou seja, virtude moral é uma coisa, *virtú* política é outra coisa, isso não faz o príncipe um homem sem escrúpulo. Quando falamos de moral e política, percebemos que (GRUPPI, 1980, p. 11) ao se referir sobre *O príncipe* esclarece: “uma moral imanente, mundana, que vive no relacionamento entre os homens. Não é mais a moral da alma individual”, Maquiavel estava desprendendo o homem de qualquer dogma religioso para não ter uma carreira política comprometida, e como já sabemos, a religião impunha um dever de obediência para o homem na Idade Média de maneira exorbitante, de modo que, não dava alternativa para se pensar em um estado laico.

Virtú é ser ágil nas adversidades, em cada nova oportunidade o príncipe deve mostrar inteligente para lidar com a situação. É uma capacidade de ver a ocasião e se aproveitar dela, isto é, ver uma possibilidade de conquista e domínio em meio à ocasião, nesse sentido, é louvável o príncipe que sabe modelar-se, como diz Pinzani, ser “flexível” em todas as ocasiões específicas.

Assim, Maquiavel pode dizer que Agátocles, o tirano de Siracusa, embora tenha sido cruel e sanguinário, foi um homem virtuoso: ele sempre foi capaz de aproveitar-se das ocasiões que se lhe apresentavam para expandir ou reforçar o seu poder. O homem virtuoso sabe adaptar-

se às diferentes ocasiões. Ele não possui o caráter sólido e inflexível do homem do ideal estóico, que prefere se quebrar a se dobrar às circunstâncias. O homem virtuoso é flexível e possui elementos do caráter do leão e da raposa: sabe ser cruel ou astuto conforme as circunstâncias. (PINZANI, 2004, p. 42).

O que é ser flexível? O príncipe não pode ser sempre bravo nem sempre manso, se for sempre bravo o povo não apoia e se for sempre manso os soldados não obedecem. Aqui se aplica Maquiavel (1996, p. 84) usar a força do Leão quando for necessário e astúcia da Raposa quando também for necessário de modo que será bem-sucedido quem assim fizer. Dessa maneira, a *virtú* é a característica de um príncipe que tem determinação, quem tem *virtú* o perigo não lhe encadeia, mas se isso acontecer, ele muda ao seu favor.

4.2.2 Fortuna

O que é fortuna na perspectiva de Maquiavel? “A relação entre fortuna e virtú é o eixo central do pensamento de Maquiavel” (BARROS, 2010, p. 52). Para melhor entendermos voltaremos à história clássica que acreditava que fortuna era a “deusa do azar ou da má sorte” já na idade média, segundo Pinzani (2004), ela ficou conhecida como “uma providência divina”, porém, com o mesmo sentido de controladora das situações. Pinzani (2004, p. 48) diz: “No Renascimento, a fortuna voltou a ser considerada o motor das vicissitudes humanas, porém sem o fatalismo que permeava a concepção clássica”. Segundo Barros (2010, p. 52) “A fortuna seria, nas especulações dos autores da Antiguidade Clássica e dos contemporâneos de Maquiavel, o acaso, o indeterminado, a boa ou má sorte”. O ponto crítico de toda essa problemática sobre a fortuna é saber se o príncipe pode mudar o rumo da situação que se manifesta ao príncipe.

O florentino chanceler segue com seu pensamento inovador e quebra com o conceito que a tradição cristã trazia sobre a fortuna (BARROS, 2010, p. 53). O diplomata acredita que a fortuna pode ser algo que prejudique o homem, como também acredita que ela pode ser vencida pelo “otimismo” do homem.

Fortuna pode ser vencida, mas isso é muito difícil, porque pressupõe a capacidade de mudar a própria natureza para adaptar-se às novas circunstâncias criadas pela sorte, e poucos são os indivíduos capazes disso, particularmente quando eles tiveram êxitos, porque não poderão admitir a necessidade de mudar sua trilha. (PINZANI, 2004, p. 48).

Maquiavel acredita que a fortuna pode até enaltecer um príncipe quebrando obstáculos que impedem o seu crescimento, mas não acredita que ela não pode ser controlada. Havia uma crença que as coisas eram dominadas pela fortuna e por Deus, mesmo ainda no tempo de Maquiavel, no entanto, ele tinha outro argumento para o não conformismo do príncipe.

Pensando nisto, às vezes me sinto um tanto inclinado a esta opinião: entretanto, já que o nosso livre-arbítrio não desapareceu, julgo possível ser verdade que a fortuna seja árbitro de metade de nossas ações, mas que também deixe ao nosso governo a outra metade, ou quase. (MAQUIAVEL, 1996, p. 119).

Para Maquiavel só há resistência da fortuna quando não há um príncipe virtuoso, porque a virtude pode mudar o círculo da fortuna ou impedir que ela o atrapalhe. O Príncipe deve ser flexível, não se “apoiando na fortuna”, ou seja, na ausência da fortuna ele cai, a flexibilidade é característica da virtude, isto é, na mudança do tempo ele também muda, está sempre em constantes mudanças. Maquiavel (1996, p. 120) diz que “O mesmo acontece com a fortuna, que demonstra a sua força onde não encontra uma virtude ordenada, pronta para lhe resistir”. A importância da virtude é tão fundamental a ponto de fazer o príncipe controlar situações que para muitos são irremediáveis e como Maquiavel fala que são poucos os que têm essa flexibilidade, qual mesmo a ideia de Maquiavel relacionada à fortuna? Ela não é uma destruidora incontrolável como era a crença dos antigos e nem irreversível nem tão pouco a solução divina, Maquiavel acreditava que o príncipe era quem controlava a situação não se acomodando com o destino que a fortuna lhe oferecia, Maquiavel rompe um tabu na sociedade de sua época.

Quando analisamos Maquiavel em *O príncipe* podemos perceber que ele fala de fortuna em duas ocasiões: a primeira é quando o príncipe conquista o trono pela fortuna de outro, a segunda é o próprio príncipe sendo desafiado pela fortuna, em outras palavras, é quando o príncipe encontra seus meios para conquistar e governar.

Na primeira ocasião que o príncipe alcança o principado pela fortuna de outro, fica difícil para ele governar porque ele não teve um preparo prévio, isto é, ele não foi o autor dos recursos que lhe proporcionou sua ascensão e a manutenção da sua própria segurança. Maquiavel acredita que nem mesmo os imperadores ou um líder virtuoso podem ser hábeis em uma situação como tal. Segundo nosso florentino, “Eles se apoiam exclusivamente na vontade e na fortuna de quem lhes concedeu o poder, que são coisas muito volúveis e instáveis, e não sabem nem podem manter o principado”

(MAQUIAVEL, 1996, p. 27), quer dizer, quando um estado surge com muita facilidade ele não tem raízes para resistir às desventuras que surgirem. Toda via, isto em casos muito raros, como fala Maquiavel:

A menos que como já disse aqueles que repentinamente se tornaram príncipes sejam de tanta virtude que saibam rapidamente se preparar para conservar aquilo que a fortuna lhes colocou nos braços e estabeleçam depois os fundamentos que outros estabeleceram antes de se tornarem príncipes. (MAQUIAVEL, 1996, p. 28).

Quando o príncipe é de fato muito virtuoso ele pode notabilizar-se e ser vitorioso. O não envolvimento de maneira plena por parte do príncipe na conquista do estado, não lhe garante um domínio sábio, a menos que, como foi dito: ser muito virtuoso.

Na segunda ocasião é quando o príncipe é o próprio desafiado. Levando em consideração a crença e a fé que os homens têm em aceitar que a fortuna é a grande dominadora do destino, Maquiavel não os critica por acreditarem assim, a crítica que o florentino faz é que o príncipe não faz nada para mudar o rumo da história ao seu favor, em outras palavras Maquiavel está dizendo: não é obrigado aceitar o mal ou a desordem que a fortuna poderá trazer, essa situação pode ser mudada para o bem a seu favor, é só usar a virtude.

Maquiavel (1996) usa a metáfora do rio que enche e alaga os pertences do homem, no entanto, o homem tem o direito de construir barreiras para intervir no curso do rio e não permitir que o rio alague novamente, assim é o príncipe e a fortuna. Segundo Maquiavel, o príncipe virtuoso não se “apoiar na fortuna”, como foi dito acima: nem sempre a fortuna estará a favor do príncipe. Para que haja uma mudança, será necessário que ele mude de personalidade, como bem fala (MAQUIAVEL, 1996 p. 120) “creio ainda que é feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as exigências do tempo [...]” então qual é a orientação de Maquiavel nesse processo que são mudados pela fortuna? Se os tempos forem favoráveis para a prosperidade do príncipe, isso significa que ele deva permanecer como está; caso os tempos mudem, o príncipe também deve mudar. Para isso, é necessário que o príncipe seja “impetuoso” e não “tímido” (Maquiavel, 1996, p. 122) o tímido não tem a facilidade para mudar de personalidade tanto quanto o impetuoso. Para enfrentar a fortuna com suas diversas atuações, era necessário que o príncipe fosse virtuoso e impetuoso.

4.3 Religião: o meio usado como instrumento para governar o povo

Dentro dessa perspectiva de um novo estado, onde a religião é um instrumento para governar o povo com mais facilidade e total controle da sociedade, abordaremos as principais atitudes que um príncipe deveria tomar com relação a Igreja e ao Papa. E Como Maquiavel caracteriza um príncipe virtuoso, bem como, os meios que o governante deve priorizar para governar um novo estado e unificar a Itália sem o auxílio do Papa.

O príncipe de Maquiavel mostra com detalhes para Lorenzo de Medici diversos exemplos ocorridos na história política no passado de vários reis, e um dos detalhes observados é a força da religião, isto é, a igreja católica, o papa e a fé, que obtém o monopólio religioso na Europa, e como estes devem ser tratados pelo príncipe. Então veremos o ponto de vista de Maquiavel com relação à política e à religião. Sabemos que o incentivo que Maquiavel dá a Lorenzo de Medici é para uma Itália unificada. Por ser a igreja uma das detentoras do poder, era necessário um estado novo, uma organização nova sem o auxílio da Igreja, como expressa Pinzani (2004 p. 21):

Embora individue alguns elementos que caracterizam esse tipo de Estado (concentração do poder legítimo nas mãos de um único soberano, independência do poder papal, submissão da aristocracia e das cidades independentes).

O erro de ter sempre o papa como seu auxiliar era um impedimento para a unificação da Itália, podemos dizer: um erro na carreira política do governante, como foi o caso de Cesare Borgia, apesar de ser admirado por Maquiavel como um príncipe virtuoso; Borgia que subiu ao poder com o auxílio do seu pai o Papa Alexandre VI, porém, mais tarde teve que fugir logo a morte do Papa Alexandre VI, pois ele não encontrou outro Papa para lhe apoiar, como bem pontua Maquiavel.

Maquiavel em suas viagens para Roma descobriu o poder da Igreja sobre os reinos da Europa, nesse sentido, entendendo que a união dos estados italianos não era possível já que a Igreja não contribuía para isso, pelo contrário, lutava contra o fortalecimento do estados, assim Vatter entende que “astutamente a Igreja garantia que nenhum estado italiano teria o poder de controlar o país inteiro e unificá-lo, deixando desse modo, a igreja como a árbitra definitiva não só da política italiana, mas também da Europa” (VATTER, 2017, p. 22). O papado sobreviveu inúmeros ataques graças ao seu poder sobre a política como também do poder espiritual induzindo o povo e os reinos à obediência pelo medo, tanto que é conhecido por “corte de príncipes (os cardeais) e um rei (o papa)” (VATTER, 2017, p. 22).

Um ponto curioso é que Maquiavel diz que uma das maiores demonstrações de um príncipe virtuoso é “ser religioso”, todavia, pelo que percebemos é que essa virtude deve ser desligada do Papa. Percebe-se, que o príncipe virtuoso é aquele que é capaz de converter uma religião a seu favor e cativar o povo para não está alienado ao Papa, pois a Igreja, segundo Pinzani (2004) atrapalhava a unificação da Itália.

O foco de Maquiavel ao escrever *O príncipe* é sempre uma forma de exemplificar e esclarecer ou até mesmo como diz Pinzani “exortar” de como Lorenzo deve fazer para unificar a Itália como foi dito acima: sem o auxílio do Papa e da igreja. Como aponta Pinzani: “pois esta tentava sempre reduzir os estados subordinados a ele, para não conseguirem a conquista e a unificação”. (PINZANI, 2004, p. 29)

Segundo Maquiavel (1996) o príncipe que acaba de conquistar um estado, deve se preocupar em estar ao lado dos menos favorecidos, uma vez que, o lado dos mais fracos estes nunca o abandonam, entretanto, não é só essa a solução para o problema: também aconselhava dar poder aos que já tem, pois estes são mais fáceis de rebelar-se ao entrar em acordo com um poderoso, isso pode provocar uma rebelião contra o príncipe que acabara de subir ao poder. Assim, fortalecer a Igreja seria o pior erro que um príncipe poderia cometer.

Para Maquiavel, o que torna o príncipe exitoso no principado é a *virtú*, quanto maior a *virtú* de um príncipe, maior facilidade para conquistar. No entanto, se o príncipe não for virtuoso, maior dificuldade terá para conquistar e governar.

Podemos citar como exemplos, a história de dois homens que foram virtuosos e conduziram com facilidade uma nação inteira. Maquiavel não os critica por falarem com Deus, no entanto, tiveram o nome de Deus à frente e foram bem-sucedidos. Segundo o autor de *O príncipe*, Moisés e Ciro foram grandes personagens que se apoderaram da ocasião demonstrando a sua tamanha virtude, Moisés teve o grande orientador que foi Deus, ou seja, Moisés foi um homem virtuoso, para conduzir o povo. Se atentarmos para a história de Ciro, veremos que ele teve o seu condutor que também foi Deus. O profeta Isaías falou de Ciro como um homem que seria levantado para libertar o povo judeu, e quando Ciro toma posse do reino, ele retoma a palavra que Deus havia lhe escolhido para libertar o povo hebreu que estava em cativeiro além de encontrar os persas insatisfeitos com o reino. Segundo Maquiavel esses homens foram virtuosos por demonstrar facilidade para conquistar os reinos e ser bem-sucedidos.

Quanto aos que, pela própria virtude e não pela fortuna, se tornaram príncipes, digo que os melhores foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu etc. E, ainda que não se deva discutir sobre Moisés, uma vez que foi um mero executor de coisas ordenadas por Deus, ele deve ser admirado ao menos pela graça que o tornou digno de falar com Deus. (MAQUIAVEL, 1996, p. 24)

Se fizermos um paralelo entre a história de Moisés e Ciro com o governo papal, veremos que a igreja queria dominar o sistema político com esse mesmo princípio: o poder de falar com Deus e ser a detentora da fé e da salvação. A igreja era tão poderosa que era capaz de matar pessoas queimadas em praça pública, como fez com Jirólano Savonarola, que segundo o papa, tornou-se um herege ao pregar mensagem contrária à da igreja. Aqui podemos perceber a força e o poder papal no meio político, os reis temiam até mesmo aqueles que estavam aliados ao papa. A autoridade do papa era forte para poder dominar estados e ter os príncipes como seus súditos, segundo o Florentino, conceder poder ao papa era um erro.

O poder da Igreja é manifesto quando Duque de Urbino filho de Alexandre VI² foi muito feroz e virtuoso, quando debilitou os Orsini e os Colonnos, e atraiu todos os homens de Orsini e os de Colonna com dinheiro, roupas e outras coisas, mais o fato curioso é que Maquiavel percebe o quanto o duque estava aliado à Igreja, o que resultou a grande ruína dos Orsini. Voltamos a perceber o poder da Igreja, com relação ao Duque de Urbino após ter o domínio sobre a Romanha, e encontrar ali muitos senhores que governavam sem sabedoria e como tinha muitas desordens, ele colocou Messer Remirro³ para controlar a situação, vale ressaltar que Duque deu-lhe poder para aquela ocasião, porém, ele tira a autoridade que estava sobre o seu enviado, em outras palavras, isso mostra o quanto é ser virtuoso, pois esse risco ele não queria correr de perder o seu lugar para outro.

O erro fatal apontado por Maquiavel é eleger alguém que já é poderoso, principalmente ao papa. Nesse sentido, Maquiavel está sempre apontando as dificuldades que um príncipe pode encontrar quando tem ao seu lado pessoas com o mesmo poder. A alguns ele orienta a agir com *virtú* quando diz para não dar poder aos fortes, quer dizer, ele deve enfraquecer os mais fortes e dar apoio aos mais fracos, sabemos que isso nem sempre aconteceu na história. O Papa, os Venezianos, o rei de Nápoles, o duque de Milão e os Florentinos tinham a Itália aos seus comandos, isso antes da invasão de Carlos II.

² Conferir capítulo VII de *O príncipe*, 1996.

³ Conferir p. 31 cap. VII de *O príncipe*, 1996.

Todavia, o cuidado desses potentados era sempre de manterem-se com poderes iguais, era aquela regra de sempre, não dar poder a alguém para não se tornar uma presa fácil e perder o seu domínio. Logo, o papa que era um dos potentados da província italiana, não poderia se tornar mais forte que outros potentados que estavam sobre o domínio da Itália, para isso, vejamos o que disse Maquiavel (1996, p. 28) “respondi-lhe que os franceses não entendiam de estado porque, se entendessem, não teriam permitido que a Igreja alcançasse tanta grandeza”. Isto é, o papa devia estar enfraquecido. Quando o papa Alexandre VI assumiu o papado, teve grande sucesso em suas conquistas, e com isso engrandeceu a Igreja de modo que esta se tornou uma potência. Visto que, a Igreja estava enaltecida quando Júlio assumiu o lugar de Alexandre, ele não encontrou dificuldades em governar, porque a Igreja já estava de posse da Romanha, os barões de Roma tinham perdido o poder e as facções destruídas, quer dizer, a Igreja se tornou forte e dominadora.

Não somente o Papa e sua grandeza que facilitava o governo do príncipe ou prejudicava quem não estivessem ao seu lado. Os soldados mercenários não eram dignos de confiança, pois estes, não tinham o temor a Deus, exemplificando, o temor a Deus era um ponto crucial para o príncipe obter o temor do povo segundo Maquiavel (1996, p. 57-58) “os soldados mercenários são ambiciosos e indisciplinados”. Como disciplinar alguém que não tem o temor a Deus? Percebe-se que de todas as más qualidades que um exército mercenário tem, uma das mais importantes, é a falta de temor a Deus, tudo isso leva Maquiavel a refletir o quanto é melhor para um príncipe governar seu exército que tem por base o temor a Deus. Ames (2006) também comenta sobre o temor a Deus que é uma sociedade fácil de ser governada, é o que veremos mais à frente. Segundo Maquiavel, um exército mercenário não tem regras nem leis entre si. Enquanto que regras são princípios de quem teme a Deus.

O Florentino adverte para que o príncipe seja religioso, essa é uma grande e nobre atitude para que o príncipe tenha o apoio do povo, segundo Maquiavel (1996, p. 85), o príncipe “Deve parecer, para os que o virem e ouvirem, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade e todo religião. Não há nada mais necessário do que parecer ter esta última qualidade”. Falando sobre *virtú*, o príncipe que usa de astúcia para não cumprir a palavra dada pode obter sucesso além daqueles que foram leais. É nesse sentido que Maquiavel orienta o príncipe ter a força do leão e a astúcia da raposa. Segundo Maquiavel, o príncipe deve saber o momento certo para agir em qualquer situação, até mesmo no mal. De todas as qualidades e astúcias que um príncipe pode e deve ter para

não perder o seu principado, a principal é: “parecer religioso”. Logo, percebemos que o homem religioso tem tamanhas facilidades. Assim fala o nosso florentino:

Pôde manter, com o dinheiro da Igreja, dos povos e dos exércitos, durante aquela longa guerra, as suas milícias, assim como consolidá-las, para depois ser honrado por elas. Além disso, para poder realizar maiores feitos, servindo-se sempre da religião. (MAQUIAVEL, 1996, p. 105).

Além de muitos problemas que um príncipe carregava, mostrar resistência à religião e ao papa era tentar enfrentar um forte exército, pois o papa tinha um grande exército e dinheiro para manter uma guerra. Logo descobrimos que a unificação da Itália não era tarefa fácil tendo o papa por perto, já que esse não queria a unificação. Observamos, portanto, que a Igreja tinha uma grande influência a ser considerada por quem queria enfrentá-lo, isso a levou a travar muitas guerras entre estados e pontificados.

5. CONCLUSÃO

Ao fim dessa exposição, gostaríamos ainda de reforçar nesta conclusão a relação entre religião e política em Maquiavel. Onde perceberemos como Maquiavel insiste para que o príncipe se desassocie da Igreja, e qual concepção religiosa nosso filósofo acredita ser a melhor para capacitar o príncipe para ser virtuoso e de fato possa governar o povo.

Como já foi citado acima, ser religioso, é a melhor opção. Em todos os casos e de todas as formas que um príncipe deve agir para permanecer no principado sendo a melhor de todas é: aparentar ser religioso, não necessariamente um devoto, mas de aparência, esse é o ponto principal para obter poder político: usar a religião como instrumento para o seu benefício na política. Maquiavel queria a unificação da Itália, para isso, era necessária uma simpatia com a religião, em seus escritos ele usa como exemplo Roma e sua religiosidade como meios de subordinação para se beneficiar na política, ou seja, para Maquiavel, Roma usa a religião para ter o monopólio do mundo, e isso funciona muito bem. Silvia Mangerona (2013) ao citar Maquiavel, acredita que o Florentino faz distinção entre a religião cristã e religião pagã, sendo que a religião cristã, não é a forma ideal para o príncipe copiar como modelo para o seu principado, pois essa fragiliza o príncipe. No entanto, a religião pagã é a forma correta para o príncipe se espelhar, vejamos os detalhes da autora:

O cristianismo glorifica os humildes, despreza as glórias e as grandes conquistas e isto, em seu entender, fragiliza as almas e é o maior erro desta religião. A humildade e a fragilidade que reconhece ao discurso cristão não são úteis ao príncipe.

Maquiavel considera a religião pagã um bom instrumento governativo. Defende o paradigma romano de organização política onde a religião pagã funcionou como instrumento manipulador do povo romano baseado na crença e no castigo, a religião pagã manipula melhor o coletivo, instrumentaliza e motiva a ação do homem e, inevitavelmente, contribuirá para o bem comum. (MANGERONA, 2013, p. 138).

Isso significa que o príncipe deve ter um recurso para melhor manipular o povo e ter um principado dominador, organizado, sucedido e um povo obediente. De acordo com Mangerona, “o processo político corre bem, onde há religião, porém, na ausência dessa, o processo vai mal” (MANGERONA, 2013, p.139). Vejamos que a religião é um fator primordial na carreira política de um príncipe.

Foi com a religião que o Império Romano teve tanto poder. Foi com esse instrumento que a Igreja conseguiu controlar os reis e os súditos em toda Idade Média. O

temor a religião leva o povo a ter medo dos castigos de Deus e se posicionarem como cordeirinhos diante dos seus senhores. O Império Persa, o Império Romano etc. usaram isso e tiveram êxito.

A degradação da religiosidade em um estado dificulta a sua organização. Maquiavel não menospreza os princípios cristãos, mas como foi dito: entre moral e política, na política deve-se jogar com todos os meios possíveis, não dando importância de como conquistar e permanecer no poder, é como em *O príncipe* “os fins justificam os meios”. Mangerona acrescenta que:

É na religiosidade que o governante mantém o povo unido e o poder forte. O recurso a Deus funciona como uma arma secreta do príncipe. A durabilidade desse poder dependerá da gestão das crenças do povo. Antes de qualquer preocupação teológica, o líder político deverá extrair da religião o seu maior segredo – o temor a Deus. (MANGERONA, 2013, p. 140).

Para o florentino não é necessário o príncipe ser um conhecedor das escrituras ou mesmo um teólogo, nesse sentido, não há necessidade da religião ser verdadeira ou falsa, o principal objetivo é extrair do povo o temor a Deus, ou porque não dizer, o medo a Deus, se o príncipe conseguir isso em mãos, ele será próspero. O príncipe tem a religião como um instrumento político, enquanto para o povo é uma maneira de temer a Deus, ou seja, era algo sagrado para cada homem. Para Maquiavel, o príncipe virtuoso se identifica com a religião, sem essa, não era o suficiente para manter o príncipe no poder, Mangerona (2013) explica: a religião é de maneira útil e necessária para o príncipe, pois sem essa, o povo não tem o verdadeiro temor para com ele.

Nesse caso, o príncipe deve ser um devoto a Deus e um praticante das escrituras? Não. Essas coisas não são o fator principal para o príncipe, no entanto, ele deve mostrar ser. O príncipe estratégico faz da religião um caminho de obediência e temor para o povo, visto que, as leis seriam facilmente obedecidas como tendo origem divina e não origem do estado. (MANGERONA, 2013, p. 140) “As regras políticas são facilmente aceitas se justificadas por mandamento divino e não pelo mandamento das leis e do direito”

Dentro dessa perspectiva, temos a contribuição de José Luiz Ames; ele é bem mais radical no sentido da criação da religião como méritos humanos. O poder da religião na política sendo ele fraco ou forte é o que determina a longevidade do príncipe no reinado, ou seja, se ele não usar de sabedoria para levar o povo a ser religioso o seu reinado não terá êxito, pois o temor ao divino é mais fundamental do que as leis humanas, desse modo, a durabilidade de um príncipe depende da religiosidade do povo. Está claro que

Maquiavel quer a Itália unificada, logo, ele entende que a religião é o fator primordial para esse fim, pois a religião tem o papel de fortalecer o estado através da unificação do homem. Maquiavel acredita que a religião é criação tão somente humana, a maior demonstração da virtude de um príncipe é a criação da religião, ela é útil para fazer o povo obedecer às leis do estado.

Podemos perceber que a criação da religião foi um grande diferencial na história dos reinos e impérios. A situação de Numa e o grande Império Romano, foram o bastante para acreditarmos que a religião foi de suma importância para o domínio e crescimento desses impérios. O governante que se beneficia da religião mostra o verdadeiro lado da virtude do príncipe, “a astúcia da raposa”. Já que em dados momentos o príncipe não pode usar a força e a bravura do leão, ele usa, portanto, a religião, porque essa ferramenta aplaca a fúria dos valentes e desperta o amor do cidadão de forma coletiva. Como diz Ames:

Na análise do fenômeno religioso, podemos constatar a utilização deste “método”: a religião é examinada a partir de seus efeitos práticos, ou seja, pela capacidade de despertar tanto o medo como o amor dos cidadãos a favor do *vivere civile*. (AMES, 2006, p. 52).

Ou seja, para os Impérios antigos, o seu maior desenvolvimento foi através da influência religiosa.

[...]. Numa. Este, encontrando um povo ferocíssimo e querendo reduzi-lo à obediência civil com as artes da paz, recorreu à religião como elemento imprescindível para manter a vida civil (*civilità*) e a constituiu de modo que, por muitos séculos, não havia tanto temor a Deus como naquela república, o que facilitou todos os empreendimentos que o senado ou os grandes homens de Roma planejaram levar a cabo. (MAQUIAVEL, 1992, p. 11 apud AMES, 2006, p. 54).

A arte de governar pela paz, quer dizer, com a força e o auxílio da religião fez dos príncipes virtuosos e imprescindivelmente compreensíveis nos seus reinos, as leis do estado não são conciliadoras ou até mesmo capazes de provocar o medo como fez a religião. Isso significa que, para a obediência das leis do estado era necessário em pauta, a apresentação da religião, quer dizer, a religião conduzia o povo a obedecer às leis. Assim como a união da igreja com o império cometeram atrocidades em nome de Deus para impor o respeito e o domínio do povo. Uma hora com discursos assustadores numa vida pós morte outra hora o uso da espada em nome da religião (VATTER, 2017).

Levando-se em consideração esses aspectos, Maquiavel justifica política e religião, como deve ser a dissociação do estado com a igreja para assim tornar-se um estado novo

e livre, quais as estratégias devem ser tomadas pelo príncipe e como considerar um príncipe virtuoso para ter o seu domínio assegurado. Nesse projeto, percebe-se que o conceito de virtude segundo Maquiavel é diferenciado da história clássica e quais as medidas a serem tomadas para que o príncipe possa superar os embates da vida que segundo ele são poucos a ter essa virtude.

Diante dessas reflexões foi possível perceber o contexto italiano antes de Maquiavel e a contribuição dos humanistas que foram escritores que antecederam o florentino com seus escritos dando instruções ao governante assim como a luta pela liberdade.

Percebemos que apesar dos humanistas trazerem algo para que Florença se tornasse independente Maquiavel foi o que mais se destacou no início do século XVI com sua novidade de escritos e orientações para o príncipe mostrando como seria um governante forte e com um exército organizado. A maneira de como analisamos sobre a virtú entre os humanistas em alguns traços comparando com *O príncipe* de Maquiavel e como entendemos a *virtú* no conceito de Maquiavel e o príncipe virtuoso.

Sendo de muita importância essa pesquisa para o nosso conhecimento bem como para todos os leitores, pois discutimos a maneira que os governantes que mais tiveram notoriedade foram os que mais se beneficiaram com a religião para o seu crescimento.

Essa pesquisa precisa ser trabalhada com maior profundidade quando se trata do conceito de *virtú* e o novo Estado. Mas pretendemos continuar esse estudo para uma melhor contribuição e aprimoramento da pesquisa pois sabemos que esse é um tema que teve relevância no início do Renascimento como também nos dias atuais em nossas políticas, entendendo que essa pesquisa abriu novas oportunidades para continuar trabalhando com esse tema.

Assim, visto que a política não deixou de fazer da religião um instrumento político, podemos perguntar: qual a intenção dos governantes hoje em buscar a união de política e religião? Maquiavel ainda nos responde essa pergunta? Acredito que sim.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, H. Maquiavel, o conflito e o desejo de não ser dominado. In: PINTO, F.M., and BENEVENUTO, F., (comps). **Filosofia, política e cosmologia: ensaios sobre o renascimento [online]**. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 133-159. ISBN: 978-85-68576-93-9. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788568576939.0008>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ARANHA, Maria. **Maquiavel: A Lógica da Força – 2º Edição – São Paulo: Moderna, 2006.**

AMES, José Luís. Natureza humana, dever moral e finalidade do Estado em Maquiavel. **Reflexão**, Campinas, 31(90), p. 63-70, jul. / dez., 2006 – disponível em: aacampinas.edu.br/seer/index.php/reflexao/article/download/3083/2049+&cd=16&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br – Acesso em: 14/02/2021.

AMES, José Luiz. Religião e política no pensamento de Maquiavel. **Kriterion: Revista de Filosofia**. Kriterion vol.47 no. 113 Belo Horizonte June 2006. Disponível em: < g.> Acesso em: 10/09/2020.

BARROS, Vinícius. **10 Lições Sobre Maquiavel**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

COLLIN, Denis. **Compreender Maquiavel**. Tradução de Maria Ferreira – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Textos Didáticos: O Eterno Fascínio do Florentino para uma Leitura de Maquiavel**. Campinas – SP. N° 37 – 1999.

FREDERICO II. **O Anti-Maquiavel**. 1º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel**. Tradução de Dario Canali - Av. Nova Iorque, 306 90.000 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul, 1980.

HURTADO, J. C. A força como único conteúdo da política. O capitalismo segundo hannah arendt. **Philosophos - Revista De Filosofia**, 20(1), 163–183. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/phi.v20i1.34863> . Acesso em: 02/10/2021.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo, São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel**; Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.

MANGERONA, Sílvia. Maquiavel e a Religião: O Temor a Deus Como Instrumento Político. **Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**. 13 (4): 135-145, 2013. Disponível em: <
https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/6093/1/Res_13_08.pdf> Acesso em: 20/09/2020.

SUA PESQUISA.COM. Textos didáticos para pesquisas escolares. **Lonrenzo Ghiberti**, Disponível em: https://www.suapesquisa.com/artistas_obras/lorenzo_ghiberti.htm acesso em: 08/08/2022.

STRAUSS, Leo; CROPSEY, Joseph. **História da Filosofia Política**; Tradução: Heloísa Gonçalves Barbosa - Rio de Janeiro: Forense, 2013.

WARMLING, Diego Luis. O Humanismo entre Maquiavel e Merleau-Ponty. **Temporalidades –Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 26, V. 10, N. 1 (jan./abri. 2018) Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidade/article/view/6010/pdf>. Acesso em: 10/11/2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Maria Júlia Goldwasser - 2ºed.- São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINZANI, Alessandro. **Maquiavel & o Príncipe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

VATTER, Miguel. **O príncipe: Uma chave de leitura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

VILALBA, M. O papel das armas e do exército em a arte da guerra de Maquiavel. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [S. l.], n. 17, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/12596>. Acesso em: 14/05/2021.